



CADERNOS DO ITABORAÍ

PALÁCIO ITABORAÍ - VOLUME 5 - Nº 1 - 2023

TRANSCRIÇÃO DA PRIMEIRA JORNADA

CIÊNCIA E COMUNIDADE

JUNTOS RUMO À SOBERANIA ALIMENTAR

IGREJA SÃO JOSÉ DO AMAZONAS, PETRÓPOLIS, RIO DE JANEIRO
31 DE JANEIRO DE 2023



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Comissão organizadora

Lília Maria Gomes
Félix Julio Rosenberg
Dalva da Silva
Elza Machado Tavares
Glória Aparecida Machado
Maria da Penha da Mata
Maria Luíza Ladeira
Gisele Medeiros Costa Faria
Isaque Santa Rosa
Lilian Regina Nogueira
Matheus Meneses Pimentel
Volnei de Oliveira Pimentel
Adilson Oliveira Junior
Ana Alice Fragoso Andrade
Bruno César dos Santos
Cleber Belmiro dos Santos
Juliana Possas
Lucia Helena Almeida
Marcelo Mateus Izaías

Mayara Alves
Rebeka Vidal Moraes
Sérgio Monteiro
Sonia Maria Carvalho
Victor Moreira
Daiana de Melo Gomides
Luiz Pistone
Aline Rickley

Palestrantes

Marcus Curvelo
Maria Emília Pacheco Felipe
Addor
Thiago da Cruz Alves
Humberto Palmeira
Rubens Bomtempo
Talita Berti

Elenco Teatro do Oprimido

Thaís Paiva
Andréa Cristina Sixel
Isaque Santa Rosa
Lilian Regina Nogueira
Zélia Maria de Souza Jesus
Janaina Borges dos Santos
Ellen Cristiny de Faria
Marina Rodrigues de Jesus
Anna Carolyn Almeida

JORNADA CIÊNCIA E COMUNIDADE JUNTOS RUMO À SOBERANIA ALIMENTAR

Links para o Documentário e para a gravação do evento na íntegra:

DOCUMENTÁRIO:

<https://youtu.be/UFDQ2vuo3F8>

ÍNTEGRA DO EVENTO:

https://youtu.be/z_fX0PQiDok

CANAL OFICIAL DO FÓRUM ITABORAÍ NO YOUTUBE:

<https://www.youtube.com/@forumitaboraiiocruz>

Jornada Ciência e Comunidade. 1.: 2023: Petrópolis.

J82 Jornada ciência e comunidade: juntos rumo à soberania alimentar /
Lília Maria Valente Seidensticker Gomes et al - Petrópolis: Fiocruz,
2023.

58p.: il.; 30 cm.

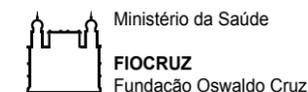
1.Fome. 2. Segurança alimentar. 3 Abastecimento de alimentos.

I. Gomes, Lília Maria Valente Seidensticker.

CDD

361.8

Catálogo: Biblioteca Livre do Fórum Itaboraí



Cadernos do Itaboraí
Palácio Itaboraí - Volume 5- Nº 1 - 2023
1ª edição



NOTA DO EDITOR

Em sociedades democráticas, preocupadas com os direitos de todos os seus cidadãos e cidadãs, o conhecimento científico e tecnológico deve estar ao serviço do povo. Em sociedades humanitárias, para as quais o bem estar de todos deve ser a máxima prioridade, a ciência e a tecnologia deve encontrar soluções para eliminar, num futuro utópico, as perversas desigualdades sociais que nos envergonham, em lugar de engrossar cada vez mais o enriquecimento de poucos através do poder hegemônico do mercado, que algum dia, num imaginário fantasioso e hipócrita, dividirá os bens entre todos. Em sociedades conscientes do saber que cada cidadã e cidadão possui, independentemente do nível de educação formal que a sociedade lhe permitiu atingir, o saber científico e tecnológico reconhece que não pode conhecer tudo o que sabem aqueles que sofrem na própria vida as perversidades das desigualdades do acesso aos bens sociais.

Foram estes os pensamentos que levaram a equipe do Fórum Itaboraí: Política, Ciência e Cultura na Saúde, programa da Fiocruz em Petrópolis, a decidir inaugurar um ciclo de conversas acadêmicas compartilhadas com as comunidades para as quais os objetos de discussão estão de fato dirigidas.

Esta primeira jornada foi planejada e organizada para ser realizada no salão de festas da Igreja de São José, na comunidade de Amazonas, em Petrópolis. Tudo, incluindo o tema da jornada, o conteúdo acadêmico, os convites, a logística, as comidas (deliciosamente preparadas pelas mulheres comunitárias), as atividades recreativas para os filhos/filhas dos participantes, foram discutidos durante vários meses entre membros da equipe do Fórum com representantes das comunidades petropolitanas de Vila Rica e de Amazonas.

A jornada contou com a presença de 110 membros de 28 comunidades, além dos palestrantes, o Prefeito, dois secretários municipais e membros de organismos públicos e da sociedade civil. No presente relato transcrevemos literalmente todas as falas dos presentes, com pequenos ajustes editoriais, eliminando apenas cacofonias, redundâncias ou falas de saudação ou agradecimento. Em nome de todos os agradecimentos eliminados nesta transcrição e dos outros que certamente foram sentidos e não expressos verbalmente, quero agradecer todos e cada um dos participantes pela exitosa iniciativa realizada.

Esperamos que os conhecimentos aqui compartilhados, criados e disseminados, assim como, as ações propostas possam, efetivamente, contribuir para a construção de sociedades mais democráticas e humanizadas.

Boa Leitura!

1 - ABERTURA



FELIX ROSENBERG

Diretor do Fórum Itaboraí: Política, Ciência e Cultura na Saúde / Fiocruz

O Fórum Itaboraí - Política Ciência e Cultura na Saúde é um programa da Fiocruz em Petrópolis. Ele existe aqui na cidade desde outubro 2011 e começou como um fórum de discussão e de aplicação prática do conceito das desigualdades sociais, determinando iniquidades em saúde. Ou seja, determinando diferenças, desigualdades injustas e evitáveis na saúde. E a ideia original era fazermos este tipo de fóruns, de seminários acadêmicos, trazendo pessoas de grande conhecimento nos diversos temas vinculados à determinação social de saúde e às formas de combate às desigualdades. Dois dos temas que mais formaram a política de atuação nossa foi o de Classes Sociais, Território e Saúde, a partir do qual praticamente todo o plano de trabalho do Fórum Itaboraí se desenvolveu nesses anos, junto com o Governo Municipal, na maioria dos casos. E o outro tema esteve muito vinculado às práticas integrativas de saúde, em particular às plantas medicinais.

A partir daí foram sendo construídos uma série de eventos, até que percebemos que a única forma de discutir propostas de solução para os graves temas das desigualdades sociais e seu impacto na saúde tinha que ser em discussão conjunta com as comunidades, que são as que sofrem as desigualdades — já que, desde nossa perspectiva, nós podemos ler, aprender, estudar, mas é muito diferente daqueles que sofrem, vivem e acham soluções alternativas a partir da sua luta pela sobrevivência digna. E foi aí que, há alguns anos atrás, percebemos que tínhamos que sair para os territórios e realizar as atividades acadêmicas nas comunidades, junto com as comunidades, já que pedir que o povo, as comunidades venham a Valparaíso, sede do Palácio Itaboraí, para participar num seminário era praticamente inviável.

Por isso estamos hoje aqui. Tivemos que adiar esta iniciativa devido à pandemia e finalmente criamos as jornadas científicas Ciência e Comunidade, a partir desta, a primeira das jornadas, que discutirá o problema da fome. A partir daqui temos toda uma construção de uma programação para o ano, onde iremos sediar este tipo de jornadas, com temas outros, que pretendemos discutir com vocês em outras comunidades. Vila Rica, por ter participado ativamente aqui, é a primeira comunidade que sediará a próxima jornada, cujo tema ainda temos que discutir, possivelmente vinculado à mobilidade, transporte, ou à habitação ou saneamento. Certamente não faltarão comunidades que queiram participar ativamente e organizar esses eventos.

Agradecemos profundamente à comunidade local, que além de organizar o evento, preparou as comidas todas para que não haja fome, pelo menos hoje aqui. Muito obrigado em particular ao secretário, em nome do prefeito e da Prefeitura, por estar aqui abrindo e prestigiando este evento. Obrigado por estarem aqui.



MARCUS CURVELO

Secretário Municipal de Saúde de Petrópolis-RJ

Foi a construção e a caminhada e esse propósito que cada um colocou é que a gente conseguiu desmontar aquilo que vinha destruindo todas as políticas públicas de combate à fome no nosso país, principalmente a partir de 2016, e que chegou ao cume em 2019 com o fim do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, CONSEA. E a esperança é que a partir desse ano essas políticas públicas possam ser reconstruídas. Isso sem falar em outras, como economia solidária e a gente sabe o impacto que isso tem nas comunidades no sentido de geração de renda e emprego e também, consequentemente, no combate à fome.

Também não tenho como deixar de lembrar os setenta e cinco anos do lançamento do livro *Geografia da Fome*¹ de Josué de Castro. Coisa fundamental. Josué de Castro era médico e se tornou geógrafo; foi um dos homens mais importantes em 1946 quando, logo após a Segunda Guerra Mundial, começou a denunciar, não só a nível de Brasil, mas a nível mundial, a estrutura política, eu falo, estrutura política da fome. Que é uma situação, às vezes, de muitas dimensionalidades no sentido do combate, mas a centralidade dela é a questão política. A falta de vontade política. A justificativa é fácil: “o Agro é pop”!. O Brasil é um dos maiores players (vamos aqui usar um termo em inglês, do mercado) no mundo a nível de exportação de alimento, e a gente voltou para o Mapa da Fome a partir de 2016, coisa que a gente tinha erradicado.

Eu estava na comunidade do Alto Independência há duas semanas, fazendo o projeto Nosso Bairro, e eu lembro muito bem de quando, ainda pelas Caravanas da Cidadania, em 1994, o atual presidente Lula, com a sua ex-esposa dona Marisa, esteve na comunidade do Alto Independência, especificamente no Cantão no Alto Independência, e ali a gente estava desenhando o mapa da fome e desenhando o início do Fome Zero, que depois virou Bolsa Família. Hoje você volta no Cantão do Alto Independência e a realidade continua a mesma. E aí a gente tem que pensar nesses caminhos, que a gente vem discutindo muito na Prefeitura, de um ponto de vista mais macro: como fixar essas políticas para que não haja um retrocesso? E aí não tem outro jeito. O Philippe sempre dizia: com participação popular e democracia direta. Sem isso a gente não consegue fixar as políticas públicas necessárias para que a gente possa avançar enquanto sociedade e não ter que passar por esses processos de retrocesso e reconstrução sempre.

Vejo o Betinho aqui também, quando cheguei, já logo me emocionei. Porque ainda, junto com o [Eduardo] Suplicy, a gente debatendo na ALERJ, o Betinho pelo Ibase, o Suplicy já senador, a gente discutia essa questão do combate à fome. E o Betinho lançou aquela grande frase, “quem tem fome, tem pressa”, e o Suplicy com aquela temática, hoje reconhecida, do renda mínima, também uma outra solução a nível nacional que, não fosse a pandemia, não teria ganhado força — não por conta do Governo, mas sim por conta da pressão social que existiu em relação ao Governo e que acabou ficando

irresistível, nesse ponto de vista, e hoje em dia não se permite mais retrocesso na questão de um programa de renda mínima.

Eu acho, na minha avaliação, esses instrumentos de transferência de renda associados, principalmente, à questão da revisão do papel da agricultura familiar (trago principalmente pelo Movimento Sem Terra e a escola do Movimento sem Terra, que resgata sempre a memória do Josué de Castro, por exemplo, nas suas políticas, nos seus ensinamentos) é fundamental para que a gente possa quebrar a cadeia de produção do agronegócio e poder trazer alimentos mais baratos para a população como um todo.

Eu tenho me dedicado muito, na área da saúde, tenho buscado muito isso junto aos meus colaboradores, esse olhar um pouco menos em relação à doença, mas principalmente em relação à questão do impacto do urbanismo na saúde. E aí tem a questão da mobilidade urbana, tem a questão da iluminação pública, do esgotamento sanitário, da água potável; isso tudo tem impacto no dia a dia da saúde e nos indicadores de saúde da população. Então é fundamental que, para a gente discutir saúde, a gente não pense apenas na questão da doença em si — que na verdade é o último estágio. Se a gente quer fazer prevenção e promoção, a gente vai ter que ampliar, de fato, o olhar da saúde como um todo. E sem isso a gente não consegue avançar nos indicadores de saúde pública, não só no nosso município, mas a nível estadual e a nível nacional também.

Então a esperança renasce. Espero que a gente possa ter ventos melhores a partir de agora, a esperança pelo menos é essa, a minha expectativa pelo menos é essa. E que a gente possa fazer saúde de qualidade. E eu acho que isso aqui é um grande motivador. Assim como a gente estava lá no Alto Independência, estar aqui no bairro Amazonas. O gestor público que não entender que tem que estar perto da comunidade e não ligado às redes sociais, ele se perde. Isso para mim está muito claro. Se vocês me procurarem na rede social, vocês não vão me encontrar, a não ser no WhatsApp, que hoje em dia virou um instrumento de trabalho. Eu valorizo mais esse contato e essa conexão diretamente com as pessoas do que o ambiente virtual. Muito obrigado, que a gente tenha uma boa manhã de palestra, de evento, de discussão principalmente, de debate, e com certeza a gente vai avançar.



2 - TEATRO FÓRUM / TEATRO DO OPRIMIDO



THAIS PAIVA

Coordenadora do núcleo do Teatro do Oprimido – TO do Fórum Itaboraí

A gente gostaria de dedicar essa peça a algumas pessoas que a gente considera importantes e também falar das nossas referências que estão fixadas aqui na parede e também do Josué de Castro, uma referência, ativista no combate à fome e referência internacional com suas obras sobre a Geografia da Fome, a Geopolítica da Fome. O Betinho também é referência nessa luta de combate à fome, ele é idealizador do projeto Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria e pela Vida; a Carolina Maria de Jesus é uma pessoa que retratou a fome através de sua vivência, de suas experiências, pela arte, pela literatura, ela escreveu o livro *Quarto de Despejo*² retratando essa realidade, e nós, enquanto artistas aqui que vamos colocar essa realidade em cena.

Os nossos homenageados, começando pelos moradores e pelas moradoras aqui do Amazonas, que a gente gostaria de dedicar essa peça a todos vocês; o Paulo Roberto do Estrada da Saudade, pela sua luta; Carlinhos, Carlos Jorge Guimarães, da Casa da Cidadania; Antônio Carlos, o Cal, do projeto SOS Vida; a Penha, daqui do Amazonas, Maria da Penha; a Claudia do movimento de luta por moradia, a Claudia está aqui; Amilton da Silva, da 1º de Maio, Madame Machado, pela sua luta; Sergio Hammes, ativista de direitos humanos morador aqui do Amazonas; as nossas mães e as mães de todo o Brasil, que lutam pela nossa sobrevivência; e a todas as mulheres que lutaram e lutam por justiça social no Brasil.

Agora, com vocês, um poema escrito pela Ellen Cristiny.

FOME

*Não é que eu faça questão de ser feliz
Eu só queria que parassem de morrer de fome a um palmo do meu nariz
Hoje, tantas pessoas morrem de fome
Outras se preocupam em fazer dieta*

Parte da humanidade padece por enfermidades e compulsão

*Enquanto a outra parte morre indigente, pela ausência de pão
Muitos morrem de fome e frio nas ruas
Enquanto outros, pra comer, ficam cheios de frescuras
No mundo inteiro as pessoas morrendo*

*E a maldita fome vai sempre crescendo
Comida, há mais pra uns e pra outros há menos
A fome machuca
Não passamos fome
E por isso não sabemos*

TEM GENTE COM FOME

“Fome, que fome” é uma cena de Teatro Fórum que tem como protagonistas mãe e filha que passam por situação de vulnerabilidade e fome. A mãe não consegue auxílio, por diversos motivos. Uma vizinha oferece apoio e a mãe nega que necessita desse apoio. As duas vão ao Posto de Saúde do bairro para pesagem da criança, que é constatada com baixo peso, e são encaminhadas para o CRAS. A mãe não acredita que ir ao CRAS resolverá seus problemas e leva a filha direto para a Escola. Na Escola a criança passa mal e desmaia. A professora atarefada tenta apoiar, entra em contato com a Direção que, por sua vez, direciona o caso para o Conselho Tutelar. A cena se encerra sem o problema ser resolvido e o público é chamado para pensar possíveis intervenções que resolvam a situação colocada.

A peça completa, de criação coletiva, pode ser vista no canal oficial de YouTube do Fórum Itaboraí, <https://www.youtube.com/@forumitaboraiiocruz> ou através do link direto https://youtu.be/z_fXOPQiDok?t=914.

Lembrando que somos um grupo que se reuniu com a finalidade dessa jornada, então viemos de lugares diferentes, de vivências diferentes, lutadoras de diferentes áreas e diferentes bairros de Petrópolis. E agora a gente quer chamar vocês para fazerem parte dessa cena também.

Primeiro, quero conversar com vocês. Que situação, que problema o Teatro do Oprimido apresentou aqui para vocês hoje? O Teatro do Oprimido apresenta problemas para a gente resolver. Que problema foi apresentado nessa cena? Alguém pode falar com a gente?

LUCIENE: Eu vivi essa experiência, eu trabalhava numa escola, a aluna, ela foi para a escola com fome, e a gente não sabia, ela desmaiou. E a menina estava lá com a pressão baixa, não sei o quê, enfim: quando ela acordou, foi feito lá o primeiro socorro para ela, e aí chegou à conclusão que ela estava com fome.

E o que que aconteceu com essa criança? A mãe tinha que sair para trabalhar, enfim, estava passando por uma situação difícil de necessidade e ninguém sabia, porque dentro de casa você não sabe da realidade de ninguém. E qual foi a medida que foi adotada? A escola, no mesmo momento, procurou ajuda de cestas básicas, e a gente fez interação com igrejas, de uma forma que a gente conseguiu atender àquela família. E foi levantado, perguntado para os alunos de forma particular, qual era a situação daquelas crianças dentro de casa. E ali foram montadas inúmeras cestas básicas, a gente saiu pedindo doação mesmo, de alimento, fomos para um mercado de Itaipava, pedimos doação e conseguimos montar umas quinze cestas básicas, e foram quinze famílias que foram atendidas porque uma criança desmaiou na escola.

E foi uma realidade isso, daí mexeu muito comigo quando eu vi isso agora, porque há coisas que acontecem e a gente não tem ideia. Então isso foi o que me impactou demais.

CRISTINA ROSÁRIO: Meu nome é Cristina Rosário, sou a coordenadora do NUDEC [Núcleo de Defesa Civil] Vale do Cuiabá, e essa cena mexe muito comigo porque a gente trabalha numa comunidade, eu trabalho em escola, já vi essa cena também dentro da escola. Inclusive tem uma família que eu alimento até hoje, que eu acabei virando madrinha dessa criança. Esta semana mesmo ainda fui levar comida. Que a menina mandou a mensagem pelo telefone da vizinha: “dinda, a gente não tem nada”. E eu fui até a casa, realmente não tinha nada. E eu também faço a mesma coisa: eu trabalho na igreja, fui até o padre, e a gente levou a cesta básica. Então, quando eu cheguei com a cesta, você vê aquela crian-

ça falando com a mãe: “ah, hoje a gente tem comida”. Hoje eu tenho cinquenta e dois anos e aos meus nove anos eu passei a mesma cena — não porque meus pais não tinham como dar para a gente. Minha mãe era uma pessoa muito trabalhadeira, meu pai também, mas antigamente a vida era muito mais difícil do que é hoje. Então a cena da vergonha de ir ao CRAS [Centro de Referência da Assistência Social], quando eu perdi a nossa casa, que nós ficamos também sem nada, a minha mãe teve vergonha também de ir à delegacia, de pedir na delegacia, que a assistente social era lá, pedir alimento também. Então hoje, quando eu faço o trabalho na minha comunidade, eu me lembro do que eu passei e tento fazer o melhor com aqueles que eu posso. Hoje eu posso fazer. Hoje eu tenho uma condição de vida melhor, o pouco que eu tenho eu também faço a mesma coisa: divido.

CLAUDIA RENATA RAMOS: Sou presidente da UMAS, União por Moradia e Aluguel Social, uma OSC [Organização da Sociedade Civil] que está nascendo agora, depois da tragédia de 2022, sou resiliente da tragédia de 2011, sou agente de endemias no município há dez anos, já trabalhei muito com as minhas colegas aqui, no Amazonas. E uma cena dessas não tem como não chorar, ainda mais aqui presente com a tia Lili, com a Cristina, com algumas pessoas que fazem parte, uma pessoa do CRAS do meu bairro, que é da Posse. Eu moro no Córrego Grande, no conjunto habitacional da Posse. E aí quando vocês gritam “fome de quê!?”, automaticamente vem: “com luta e com garra, a casa sai na marra!”, porque a gente precisa de um teto.

Lá na Estrada do Gambá; Secretário, Zona rural da cidade de Petrópolis, a gente na ação, eu e meus colegas agentes de endemias. A gente de carro, do controle da dengue, está trabalhando, visitando os sítios, olhando casa, e tudo mais, a gente se depara com uma casa que já tinha pegado fogo, num sítio. Aí a gente vê um fogãozinho de lenha do lado de fora, aceso, um rapaz com uma latinha nesse fogão de lenha e de repente a gente vê as crianças saindo e uma moça. A moça super magrinha! As crianças também, duas meninas muito magrinhas! E aí a gente desce. “Ah, vocês podem vir aqui, só que aqui não tem caixa d’água, a gente pega água no latão. Eles tinham ocupado aquela casa. A casa não tinha luz, a casa não tinha água, não tinha nada, estava toda com as paredes pretas, e a mãe estava desnutrida, e as crianças também. A mãe começou a explicar a situação, “a gente está desempregado, o dono do sítio deixou a gente morar aqui por um tempo até a gente poder arrumar um emprego”. E aí a gente foi tirando tudo da mochila que a gente tinha e foi dando para as crianças. Botei no grupo do zap, dos agentes de endemias, fizemos um mutirão. Levou muita coisa para eles. As meninas, que tinham criança pequena, levaram brinquedo, roupa, tudo mais. E aí eles ficaram muito gratos para a gente, e a gente começou a acompanhar aquela família. Hoje eles moram no Chafariz, em Pedro do Rio. Moram numa casa, moram de aluguel. Então é assim, gente. É fome, é falta de moradia; falta de interesse, infelizmente, dos governantes. Infelizmente. Vai mudar Governo e vai sair Governo, e se não tiver interesse político não vai adiantar. E eu falei que é muito impactante para a gente que está aqui — principalmente nós lideranças comunitárias —, porque essa fome que as famílias sentem na comunidade... A gente sente, nós, agentes de endemias, lideranças comunitárias, porque a gente sente fome junto com eles. Então, infelizmente, não é o secretário que sente fome, não é o coordenador do CRAS, não é o vereador. Quem sente essa fome somos nós. E por isso que eu grito tanto, e as minhas colegas que estão aqui também gritam. Porque a gente sente fome junto com eles. E, muitas das vezes, eu também já senti essa fome. Porque eu também já passei por essa situação. Quantas vezes eu precisei de uma cesta básica quando meus filhos eram pequenos. E eu quero deixar aqui também o meu abraço e a minha homenagem a todas vocês. Quero agradecer muito à tia Lili e à Cristina, porque ajudaram a UMAS lá no Quinto Distrito, na maior tragédia da cidade. E a gente ainda estava com a ferida aberta de 2011. A gente já perdeu família, eu também perdi uma prima aqui numa barreira. Ela, Cristina, perdeu uma filha. Então assim: fica aqui a homenagem também a todas as lideranças comunitárias, presidentes das associações, pessoal da igreja — seja evangélica, seja católica —, porque o que essa gente faz, a

mídia não mostra. Então é a gente que tem que mostrar o que a gente faz. Então parabéns a todos aqui e obrigado pela homenagem também.

THAÍS PAIVA: Bom, com essas três falas riquíssimas de experiência a gente identificou não só um problema, né? Vários problemas que se conectam com a questão da fome, que é o que apareceu ali, nessa cena, e também apareceu já soluções, né? Soluções reais também que essas pessoas já viveram. Então eu queria chamar para participar com a gente a Luciene, que trouxe a primeira solução, que ela realizou já lá na escola dela. Você pode mostrar para a gente, aqui em cena, como é que a gente faria para resolver o problema da Laura, que o problema da Laura ainda não foi solucionado.

LUCIENE interferiu na cena ocupando o lugar do diretor. Nesse papel, fez uma investigação do caso, acolhendo a criança primeiramente, perguntando o que havia acontecido e encaminhando a criança para comer no refeitório da Escola. Depois que a criança saiu de cena para comer, ela recorreu a uma rede de solidariedade: ligou para uma amiga com intuito de iniciar uma campanha de arrecadação de cestas básicas, com as pessoas da igreja e da comunidade.

THAÍS PAIVA: Bom, ela falou que foi isso que foi feito. Alguém pode traduzir, falar o que que foi feito de diferente da cena que a gente apresentou?

TÂNIA CARVALHO: ...Intenção sem ação é pura ilusão. Ela foi da intenção à ação. Ela, com a atitude dela, ela provou que intenção sem ação é pura ilusão, não se resolve o problema. O que resolve o problema é passar da intenção para a ação; aí o problema será resolvido. Resolveu a fome. Matar a fome. De imediato.

THAÍS PAIVA: Resolver a fome de imediato, chamar os amigos. E qual seria — essa foi a primeira ação, que vocês falaram — qual seria uma próxima ação?

ROBERTA: Ela propôs mostrar para a mãe que teria uma saída, uma solução, sem expor a mãe. Porque às vezes a gente que é mãe de comunidade sente aquela incapacidade. A nossa família está passando necessidade, mas a gente não quer mostrar que a nossa família está passando a necessidade, porque a gente se sente impotente naquele momento. Como se estivesse tirando o nosso mundo das nossas mãos. Então é difícil. É muito difícil para uma mãe de comunidade que sempre luta ali pra poder estar dando o alimento para os filhos, na hora exata que ela, que foge da mão dela o controle da situação e ela tem que pedir ajuda, engasga. A gente engasga, a gente olha e vê que é difícil abrir a boca e falar assim: “eu preciso de ajuda”. E às vezes o poder público não está ali. Quem está ali mais próximo da gente é realmente o vizinho, que às vezes é mais parente do que o próprio parente. Porque às vezes o parente fala assim: “ah, não está passando isso tudo!” Não, a gente às vezes passa, por aquilo tudo, e a gente se cala. Eu sei porque eu passei com meus filhos. Eu fiquei um período muito difícil, e quem sabia da minha dificuldade era só os meus filhos dentro da minha casa. E eu, por muitas vezes, fui aquela mãe ali. Que virou para os meus filhos e falou assim: “não fala para ninguém”. E às vezes o dinheiro que vem do Bolsa Família é para tudo quando tu está parada. E não supre a necessidade para um remédio, para uma alimentação. A realidade de uma mãe de comunidade é doída. Então a melhor atitude que ela fez foi essa, de levar a conscientização da mãe sem expor a necessidade. Porque, com certeza, quando chegasse perto dessa mãe ela iria desabar, porque ela ia dar aquele respiro de “saiu a solução para mim, porque dentro da minha alma já não está aguentando mais gritar”.

THAÍS PAIVA: Eu estou entendendo aqui, que a primeira ajuda que recorreria seria de amigos, da co-

munidade, de pessoas próximas. E a gente tem essa personagem: A vizinha. Então, já que essa solução apareceu aqui no debate, eu queria saber se alguém gostaria de propor ela na cena, mostrar para a gente essa vizinha que pode ajudar.

CRISTINA ocupou em cena o lugar da vizinha que presta apoio à família. Como proposta de intervenção ela chamou a criança para conversar em outro ambiente longe da mãe, que estava resistente a aceitar ajuda. Pediu para que a criança fosse sincera e contasse o que estavam passando. Levou mantimentos que recebeu da igreja para compartilhar com a família. Segundo o público, essa (nova) vizinha trouxe diretamente as coisas que a família precisava, sem ser invasiva.

THAÍS PAIVA: Vocês estão trazendo soluções de primeiro momento tanto na escola quanto a vizinha, para depois se aprofundar. Seria legal se a gente pudesse se aprofundar hoje, mas a gente irá se aprofundar, porque têm muitos debates, têm muitas conversas para acontecer. Essa apresentação, essa peça, foi uma abertura desse debate que vai rolar hoje aí o dia inteiro, foi um aquecimento de mente também, não só de corpo, porque nosso corpo esteve em ação, mas, no Teatro-Fórum, a gente coloca nosso corpo em ação em cena para depois colocar em ação na vida real. Tem gente que tem vergonha sim, mas entra aqui no Teatro envergonhado, faz, e depois vai conseguir fazer na vida também. A gente vai aprendendo isso. Então eu agradeço as intervenções, tanto às pessoas que vieram aqui, quanto às pessoas que deram depoimentos, que contribuíram para o debate, uma salva de palmas para vocês todos.



3 - PALESTRAS E DEBATES



MARIA EMÍLIA PACHECO - Causas Estruturais da Fome

Antropóloga, assessora da FASE [Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional] - Solidariedade e Educação, integrante do núcleo executivo da Articulação Nacional de Agroecologia - ANA, e do núcleo executivo do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

A fome é uma indignidade, a fome é uma injustiça, a fome é uma desumanidade. E é muito importante lembrar que depois da luta de organizações sociais, dos movimentos sociais, o direito humano à alimentação foi inscrito no Artigo 6º da nossa Constituição, junto com outros direitos sociais como moradia, trabalho, lazer, etc.

Talvez a gente possa se perguntar: que história é essa de um país que só em 1988, depois de tantos séculos, fala que o direito humano à alimentação é um direito? Não é um favor. A fome, ela não é natural, ela não é um desígnio de Deus, ela não é obra do destino, ela não é resultado de preguiça daqueles que não querem trabalhar; isso é uma manifestação que nós temos sempre que protestar, porque é uma manifestação de preconceito. A fome é um fenômeno social.

Aqui no início, já ouvimos referência ao Josué de Castro. Um grande brasileiro, pernambucano, que, lamentavelmente, talvez seja mais conhecido em outros países, porque ele foi obrigado a sair do país, com exílio, na época da Ditadura Militar. E ele morreu fora do Brasil e que nos ensinou com seus livros, com suas práticas. Ele escreveu um livro importantíssimo em 1946, "Geografia da Fome". Mas ele escreveu outros livros também. E hoje, depois de tantos séculos, nós vemos a fome aumentando no Brasil.

E nós temos novas geografias. Houve uma pesquisa recente feita por uma rede de pesquisa, formada de muitos estudiosos e que são engajadas também na luta social contra a fome. E essa pesquisa nos mostrou que, no Brasil hoje, são 33 milhões de pessoas passando fome. Aqui nós temos um conceito que se chama insegurança alimentar e nutricional. Essa insegurança alimentar é calculada, ela é medida de que jeito? Aí nós temos que pensar no conceito afirmativo: ter segurança alimentar e nutricional significa ter uma alimentação suficiente, de qualidade, que respeite as culturas alimentares e que a garantia do alimento não signifique não ter os outros direitos. Então, ao falar do direito humano à alimentação, nós queremos sublinhar que é um direito a uma alimentação de qualidade, a uma alimentação saudável. E que é, insisto nisso, um direito.

Por isso que, quando falamos de direito, estamos, ao mesmo tempo, dizendo de um dever do Estado, e não um favor. É preciso que se cumpra esse direito com políticas públicas que garantam que esse direito está sendo realizado.

Mais da metade da população brasileira hoje vive algum grau de insegurança alimentar. O grau mais grave é a fome, é não ter de fato o que comer. Mas existe uma insegurança alimentar média e leve, vamos dizer. Existe o alimento, mas há dúvida se terá o amanhã com esse alimento. E a qualidade também está em questão. Nós temos no país, ao mesmo tempo, o aumento da fome que muitas vezes está junto com a desnutrição, porque podemos ter algum grau de insegurança alimentar porque não é uma alimentação de qualidade. As pessoas estão aumentando muito de peso, e não é por uma vontade individual; não vamos dizer que a pessoa está mais gorda, que está obesa porque ela escolheu esse caminho. Não, esse caminho também tem sido uma imposição, porque a indústria dos produtos alimentícios quer nos convencer a todo momento a comer aquilo que é produto alimentício, mas não é uma comida de verdade. Quem hoje está comendo aquilo que é mais barato: um miojo, um macarrão, e não consegue ter no dia a dia os feijões, o arroz, a carne, enfim, aquilo que é da sua cultura alimentar, está submetido a uma realidade também cruel. Então, quando pensamos no direito humano à alimentação, é preciso levar em conta isso. A obesidade no Brasil hoje já é uma questão de saúde pública. E insisto em dizer que, em geral, ela ocorre lá onde há problema alimentar.

Onde há falta do alimento de qualidade. Onde está mais a manifestação da fome? A resposta tem uma ligação com as desigualdades sociais. O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, o que é um absurdo! Uma nação desse tamanho, com a riqueza de seus povos, ser um país de tamanhas desigualdades é grave. A fome está lá onde os lares têm como pessoa de referência as mulheres. A fome está lá onde as pessoas de referência são pretas ou pardas. A fome está, sobretudo, mais no Norte agora do que no Nordeste. Quando olhamos algumas paisagens da Amazônia, quando vamos lá ver a riqueza de seus povos, lá o índice de fome está mais alto, porque também estamos assistindo com muita dor — e a fome dói na alma, como bem dizem os nossos parceiros que aqui estavam — quando vemos a situação do povo Yanomami.

Também não podemos admitir na nossa sociedade, nem dos Governos a pergunta: por que tanta terra para pouco indígena? Esta pergunta é abominável, nós temos que silenciar essa pergunta. Porque trazê-la significa ignorar um conceito muito importante, que é o conceito de território. Os povos, as comunidades quilombolas, os povos indígenas, as comunidades tradicionais ribeirinhas trabalham e praticam com o conceito de território. Isso significa que não é aquele pedaço de terra para cultivar; é preciso levar em conta que precisa de uma área para pescar, uma área para caçar; é preciso reconhecer que o alimento tem também um sentido sagrado, e em muitas dessas comunidades há lagoas, há rios, há lugares do sagrado, onde são também enterrados seus mortos, e é preciso então considerar isso.

O povo Yanomami tem um conceito que é terra-floresta. Eles conhecem cerca de quinhentas plantas, entre aquelas que são para alimento do corpo, aquelas que são do alimento da alma, aquelas que são de uso medicinal, aquelas que servem para os artefatos (para construir uma casa, para extrair um óleo). Tem uma sabedoria aí enorme. Quero dizer para vocês que os Yanomami conhecem variedades de cogumelo, que virou uma iguaria. Os restaurantes mais caros oferecem cogumelos, e quando oferecem cogumelos Yanomami, pode saber que é uma iguaria muito especial. E algumas são variedades ainda desconhecidas pela ciência. Por isso, ao falar de conhecimento, não nos esqueçamos do conhecimento dos povos.

E são esses povos que domesticaram plantas. A mandioca que nós comemos nem sempre existiu assim, para ser saboreada. Ela não estava “domesticada”. Ela e tantas outras plantas. E nessa história estão os indígenas e estão também os povos afrodescendentes, que chegaram aqui escravizados.

Então quero, com isso, dizer que as várias expressões da fome têm essa relação com as desigualdades. No caso Yanomami nós estamos vendo que o garimpo foi estimulado pelo Governo anterior, e é preciso enfrentar essa situação. Então tem uma destruição das formas de vida, das fontes de vida deste povo, que estamos exemplificando, mas tem tantos outros, porque são 33 milhões com fome nesse país.

No caso Yanomami é um verdadeiro genocídio. É como se tivesse uma política mesmo para exterminar esse povo.

Falando um pouco destas manifestações históricas da desigualdade, eu quero agora listar essas causas estruturais e históricas que geram fome. A primeira delas é a concentração da terra. Isso se deu desde que o país é país. Aqui nós sublinhamos já a fome vista como um preconceito. Lá nos idos do Brasil, em 1850, nós tivemos dias de diferença, num mesmo mês, de duas decisões de Governo que mostram o quanto o país nasceu racista e permanece racista. Em 1850, exatamente no dia 4 de setembro, foi aprovada uma lei que se chamou Eusébio de Queirós. Essa lei era para interromper o tráfico de escravos. Havia uma pressão da Inglaterra (e têm motivos comerciais, etc.), para que se eliminasse o tráfico de escravos, e o Brasil foi o último a eliminar o tráfico de escravos aqui na América. Com esta lei, significava que estava se anunciando um tempo, que foi só muito depois, de libertação dos escravos. Mas neste mesmo mês, alguns dias depois, no dia 18 de setembro (portanto catorze dias depois) foi assinada uma lei de terras. Essa lei, que ficou conhecida como Lei de Terras, Lei 601, dizia o seguinte: só terá direito à terra (que era chamada de “devoluta”, terra livre), através da compra. Isso significou criar uma barreira, já naquele momento, para que quando viesse a libertação dos escravos eles não tivessem acesso à terra.

Vejam que eu não estou nem lembrando antes as chamadas capitânicas hereditárias, sempre as enormes extensões. O país se mantém assim ainda hoje, com uma concentração gigantesca de terras.

Outra frase que a gente escuta e que também precisa analisar de forma crítica: “o Brasil é um grande exportador de alimentos”, aí falam “como é que um país que exporta tanto alimento tem um povo com fome?”. O Brasil exporta mercadorias: 90% é de milho e soja, sobretudo para alimentar animais fora do Brasil. Onde estão os nossos frutos nativos, tão apreciados? Aqui pela Mata Atlântica tem um bocado, no Cerrado, na Amazônia; onde estão o arroz e o feijão, que são apreciados em grande parte do país? Onde está a mandioca? Nós temos então — por isso que eu dizia — uma nova geografia. Porque houve uma redução do plantio do arroz, uma redução do plantio do feijão, os frutos nativos vêm sendo destruídos com a expansão do chamado agronegócio, desses monocultivos que alteram a paisagem — porque, você olha, são quilômetros, que representam milhares de hectares, da mesma planta.

E com isso nós temos uma situação de desequilíbrio ambiental grave, uma destruição ambiental. Neste Governo que acabou, algumas medidas foram tomadas que só aprofundaram os problemas. No Brasil hoje, o arroz está principalmente concentrado no Rio Grande do Sul, basicamente com uma ou poucas variedades.

Vou interromper contando um fato da história que me traz uma paixão muito grande. O arroz não estava aqui, no país. O Brasil não é um país de origem do arroz — mas é origem de muitos outros produtos, do amendoim, do abacaxi, muitos tubérculos, que estão há milhares de anos com os povos indígenas. Têm estudos recentes agora que mostram que o pequi, que a bocaiuva, que são alimentos do Cerrado, foram base alimentar de quem já vive aqui há mais de 1700 anos atrás, 3000 anos atrás. Os agrônomos, na história da agricultura, disseram muito tempo que o arroz veio da Ásia; mas não é verdade. O arroz que chegou no Brasil veio da África. E contam as histórias que as mulheres chegaram com sementes de arroz nos seus cabelos. Vocês vejam como vão se manifestando os preconceitos e os atos autoritários —, o Marquês de Pombal tomou a decisão que aquele arroz não tinha produtividade necessária, então, simplesmente, foram eliminadas culturas de arroz que tinham, sobretudo, lá pelo Maranhão, pelo Nordeste. Esse arroz é o arroz vermelho.

Agora, este arroz hoje é um alimento tradicional que continua nas casas das famílias, principalmente no Nordeste. Na Paraíba, Rio Grande do Norte, acho que no Maranhão. O arroz vermelho é uma “praga” nos arrozais, que são verdadeiros monocultivos, lá no Sul, porque ele se desenvolve muito rápido. Vejam que contradição: e ele é uma iguaria em restaurantes, junto com o arroz preto, tem tam-

bém o arroz vermelho. Vejam que contradição: e falta na mesa das famílias pobres que estão com fome.

Nós não podemos, então, dizer que este é um país que produz alimento, “tem muito alimento, não sabemos porque tem fome”. Não. O direito humano à alimentação significa ter um alimento de qualidade. Este é o caminho para a construção da soberania alimentar, como diz aquele cartaz “todo povo tem o direito de ter os seus próprios sistemas alimentares e produtivos”. Eu só diria que era bom acrescentar: “e que corresponda às suas culturas alimentares”, que são diferentes. Eu sou mineira e gosto muito de angu (que aliás é um alimento que nos vem dos povos indígenas e dos africanos), eu gosto muito de angu sem sal. É difícil conhecer pessoas de outros estados que não sejam Minas Gerais que comam angu sem sal, junto com taioba.

Estou dando esses exemplos porque no Brasil ainda tem aquela ideia de “comida de pobre”. Os alimentos também são classificados muitas vezes aqui, e é uma indignidade. Mas os alimentos mudam de lugar na história. Por exemplo: o umbu, um fruto do Semiárido Brasileiro, com o qual se prepara uma umbuzada, O umbu era visto, como “comida de pobre”, mas com a chegada, durante o Governo do presidente Lula, de um programa chamado de *Aquisição de Alimentos, PAA*³ (que o Bolsonaro acabou) e também no *Programa Nacional de Alimentação Escolar*⁴, importantes para a compra local do agricultor familiar, das comunidades tradicionais, foram transformando o umbu, por exemplo, numa geléia, num suco; mudou de lugar. Quem conhece algumas pequenas cooperativas, lá pelo Nordeste, que produzem esses alimentos vai provar e vai apreciar e não vai nem saber dessa história anterior. Além do quê, esses programas favoreceram o trabalho e o reconhecimento das mulheres, porque são as mulheres, sobretudo no Brasil, que fazem coleta de frutos, saborosos, e que transformam muitas vezes esses frutos.

Voltando a concentração de terras no Brasil, ela também se deu por grilagem, e se dá ainda porque durante o Governo Bolsonaro os parlamentares fizeram lá uma lei que é uma verdadeira lei de grilagem de terras. Essa lei precisa ser negada porque ela favoreceu que a terra pública seja comprada de forma privada. E grilagem tem esse nome porque colocavam grilos dentro das gavetas com título de terra, ou com papel sobre a terra, porque o grilo vai fazendo o papel ficar velho. Dizem que o grilo, dentro duma gaveta de papel, vai picando o papel. Qual era a intenção? Era provar, nos cartórios, que aquele título era muito antigo, e não algo novo.

Nós temos também uma insegurança hídrica no país. A água é também um alimento. Nós temos um problema gravíssimo atualmente de contaminação por agrotóxicos — durante o Governo Bolsonaro mais de mil produtos foram liberados. É da contaminação por agrotóxico, que cresce, e a contaminação por mercúrio, que é usado exatamente nesses garimpos. Em muitos lugares no Brasil hoje as pessoas estão à beira d'água sem conseguir consumir o peixe, porque está contaminado pelos agrotóxicos, ou então pelo mercúrio. E falta água potável, água de beber, água do consumo humano.

Por isso que um programa que havia, que também foi interrompido durante o Governo Bolsonaro, que era o Programa Um Milhão de Cisternas, Uma Terra Duas Águas, lá no Semiárido, impactou a vida dessas famílias. Essa tecnologia da cisterna vem da sabedoria do povo. Foi um agricultor do Nordeste que migrou uma vez para São Paulo e lá ele viu as técnicas de construção e teve uma ideia que gerou essa tecnologia da cisterna para guardar água da chuva.

Então pensar nas questões, nas razões que estruturam a fome é relacionar tudo isso. A destruição ambiental: tem uma proposta ainda no Congresso Nacional, que é tirar a exigência de licenciamento ambiental. É que as pessoas teriam direito de reclamar só depois da destruição feita. A destruição ambiental, ela está também na origem, gera a fome.

Outra razão estrutural é o preço dos alimentos. A inflação dos alimentos. É preciso, então, que tenha uma política para garantir preços que sejam acessíveis para atender ao direito à alimentação. Também neste Governo Bolsonaro, desapareceram os chamados estoques reguladores de alimento. É preciso que um país tenha estoque de alimentos. Nós estamos vivendo uma situação grave; estão fal-

tando alguns alimentos. Se tiver uma perturbação climática forte no Sul do Brasil, nós não vamos ter arroz. Aliás, nós já estamos comendo feijão que vem da China, o arroz também importado.

Então é uma conjugação de questões, além da redução de orçamento. O Governo Bolsonaro desmontou as políticas. Ele vetou uma proposta, que depois chamou a Lei Assis de Carvalho, que era para garantir um auxílio emergencial para a produção de alimentos pelos agricultores familiares; ele disse que não atendia ao interesse público. Então nós vivemos um período de uma inversão completa, de abandono de valores que aqui foram mostrados. Abandono, uma recusa ao reconhecimento de solidariedade, porque o Governo tem que ser um Governo que dignifica o ser humano. Assim como foi desconstruído o Programa de Aquisição de Alimentos, e outros.

Eu ouvindo aqui essa manifestação do Teatro de Oprimido, queria dizer que nós precisamos fortalecer mesmo essa memória sobre a fome. Nós precisamos, de fato, desenterrar a dor, como dizem alguns poetas. E aqui eu me permito também reforçar o que o Teatro aqui nos trouxe: o quanto é importante a gente, ao fazer um trabalho social, conhecer e dialogar também com a literatura, com a poesia, e eu quero dar dois exemplos. Há um romance chamado “O Quinze”⁵, da Rachel de Queiroz. Neste romance a Rachel descreve as consequências de uma seca no Ceará e o que o Governo na época fez, que foi isolar aqueles que estavam migrando, que estavam vindo do campo para a cidade e formar verdadeiros campos de concentração. Tanto é que, ainda hoje, há uma caminhada de pessoas que caminham até o lugar onde têm milhares de pessoas enterradas. O Quinze, é um romance de um protesto. E eu acho que é muito importante reler essas histórias.

Também eu queria homenagear Solano Trindade, um pernambucano que migrou para São Paulo. Ele tem uma poesia que, muito triste, se chama *Tem Gente com Fome*⁶. É como se fosse um trem passando pelas estações, e vai no ritmo: “tem gente com fome, tem gente com fome”, e quando para na estação: “tem que dar o que comer, tem que dar o que comer”, e vai assim, como se fosse um trem. No final tem o apito do trem, que impõe o silêncio. É como se fosse um protesto, exatamente para aqueles que querem silenciar a fome. Solano Trindade era preto, foi perseguido, foi preso, e, por duas vezes, o livro dele, que se chama “Poemas de Uma Vida Simples” foi censurado. Em dois momentos da ditadura na nossa história: foi censurado no Governo Vargas e foi censurado no Governo dos militares.

Por isso que eu faço essa sugestão, que no nosso trabalho social, nesse diálogo de saberes, a gente também possa relembrar tudo isso.

Nós estamos retomando os caminhos interrompidos para construir a nossa soberania alimentar. Estamos muito longe ainda. Mas eu vou dar alguns exemplos do porquê que eu acredito e tenho a esperança — a esperança do esperar, do nosso grande Paulo Freire, que significa não ficar sentado, mas ficar exatamente em movimento, como todas e todos aqui, nos trabalhos comunitários, fazem.

Neste momento está consagrada a volta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA, com uma previsão de que seja reinstalado no dia 28 de fevereiro, com a presença do presidente Lula. Esse é um ato que não é meramente simbólico, é um ato político de muito significado, porque a primeira medida no primeiro dia de Governo do Bolsonaro foi extinguir esse Conselho. É um conselho de participação social, de controle social, lá nasceram várias propostas — dentre elas essa que eu mencionei, o Programa de Aquisição de Alimentos, a renovação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Também voltou o Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Um Ministério que existiu antes, no período do Governo Lula e Dilma, e agora vem com esse acréscimo: Agricultura Familiar. Por quê? Não venceremos a fome no Brasil sem políticas robustas que defendam a produção de um alimento de qualidade, de um alimento agroecológico, pela agricultura familiar, pelas comunidades quilombolas, pelos povos indígenas.

Também tem uma novidade: o Ministério é retomado tendo como um dos seus centros a questão do abastecimento alimentar. Isso é fundamental. Nós precisamos de tratar do abastecimento alimentar no país desde a produção até o consumo, então tem que garantir formas de distribuição. Por isso que, também, uma iniciativa que foi interrompida, que é a criação dos chamados equipamentos urbanos de segurança alimentar e nutricional, é muito importante. Que que significa isso? Ter restaurantes comunitários, ter cozinhas comunitárias, ter hortas, são iniciativas que os governos municipais e estaduais podem desenvolver.

A distribuição de alimentos no Brasil hoje é uma complexidade. Estão desaparecendo, em muitos lugares, os pequenos varejos, aquelas pequenas mercearias. Agora a gente tem a concentração do sistema alimentar desde a produção até no consumo e na distribuição. Então um primeiro princípio que precisa ser aplicado é ter uma descentralização do processo de distribuição. Por isso que nós precisamos desses que eu chamei de equipamento urbano. É preciso que uma comunidade que está num bairro popular mais afastado, ou numa favela, como lá no Rio, tenha algum equipamento. Que seja garantido, através de uma política, um sistema que permita chegar lá o alimento de qualidade, e não esses ultraprocessados que têm nesses lugares.

Eu quero sublinhar esses chamados ultra processados que estão adoecendo a população. Nós precisamos garantir aquele hábito do alimento natural. O *Guia Alimentar da População Brasileira*⁷ fala disso. É bom lembrar, que foi editado no Ministério da Saúde, em 2015. Empresas alimentícias, a indústria alimentícia quis boicotar o lançamento desse Guia, que é muito bom, precioso, e faz essa defesa. Então, a distribuição vai chegar quando tivermos uma política de abastecimento de alimentos, e que reconheça e veja que iniciativas dos movimentos sociais estão favorecendo para isso.

O Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, tem uma experiência, que é um ensinamento para a política pública, porque eles distribuem o alimento. O próprio Raízes do Brasil é um lugar que, ao meu ver, simboliza esse equipamento que garante a alimentação de qualidade. E também as feiras, por exemplo. Nós não podemos aceitar que, num município no estado do Rio de Janeiro, a esposa do prefeito não queria favorecer a concessão de uma praça para feira porque dizia que ia sujar, ia tirar a beleza da cidade. A beleza da cidade e de um país é o povo que se alimenta de qualidade e que sorri — como, aliás, era o nome da escola, que diz que era a Escola do Sorriso, mas na verdade era a Escola do Choro.

Então a distribuição precisa ser descentralizada. Tem vários exemplos. Em Belo Horizonte houve um tempo que tinha Armazém da Roça. Temos que colocar a criatividade e respeitar e entender essa iniciativa dos movimentos sociais sobre a distribuição.

Queria também dizer que um dos caminhos para as políticas públicas é os governantes olharem com atenção o que que o povo está propondo. Porque têm muitas manifestações de solidariedade pelo país. Mas é preciso ter os espaços de participação e controle social. Então é muito importante participar nos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional nos municípios, conselho de direito humano, etc.

Mas é preciso também que, para construir uma política, haja mobilização social. O Brasil é um país onde nós tivemos muitas lutas, contra a carestia, muitas lutas com mobilização da sociedade, principalmente das mulheres. Esses espaços públicos de participação precisam existir e, ao mesmo tempo, garantir que a população se mobilize. Eu dei exemplo de como se constrói a política pública no caso de cisterna. Ela virou uma política pública federal a partir de um exemplo e de manifestações lá no campo.

Vou dar um outro exemplo: as quebradeiras de coco babaçu prestam um serviço enorme para a sociedade, porque elas conservam a palmeira do babaçu, tem músicas inclusive a respeito, e elas querem direito ao babaçu livre. E hoje elas estão enfrentando cerca elétrica por parte dos fazendeiros para impedir que elas tenham acesso ao babaçu. O óleo de babaçu é um óleo, do ponto de vista nutricional, precioso; com certeza deixa no chão o óleo de soja. No entanto, na alimentação escolar, os prefeitos dizem que não podem comprar o óleo de babaçu, para fazer umas delícias que o povo faz, porque ele é mais caro que o óleo de soja.

Então para ter a política pública é preciso enfrentar essas barreiras, mas é o povo que precisa, então, mostrar esses caminhos. Por isso que eu estou o tempo todo querendo lembrar que, do ponto de vista alimentar, a política pública tem que vir junto com o reconhecimento, a valorização das culturas alimentares. Isso significa também encontrar caminhos para dialogar com a Agência de Vigilância Sanitária. Eu queria dar apenas esse exemplo que vou mostrar como que está sendo construída uma política agora: o Ministério Público, na Amazônia, criou uma mesa de negociação para defender que o alimento artesanal seja reconhecido e que não se submeta a essa avaliação rígida da vigilância sanitária, que é uma legislação antiga e que se aplica à indústria, e não à pequena agroindústria. Aliás, aí tem uma proposta que o poder público devia apoiar, que é a formação de pequenas agroindústrias para a transformação de alguns alimentos, que cheguem alimentos de qualidade na escola. Cumprir políticas já existentes é fundamental. A Política Nacional de Alimentação Escolar é antiquíssima no Brasil, nasceu sob inspiração de Josué de Castro, na década de cinquenta, e ela foi uma das políticas que ajudou o país a sair do mapa da fome. Então cumprir essa política comprando pelo menos 30% da alimentação produzida pelos agricultores familiares é um dever dos governos, porque isso ajuda a circular localmente, melhora a renda dos agricultores, melhora a alimentação, o autoconsumo também, e favorece as economias locais.



LUCIENE: Eu queria fazer uma pergunta com relação à horta comunitária. Como é possível a gente fazer um equilíbrio da horta comunitária com os pequenos comerciantes, que têm suas vendas, que trabalham com verdura, com legumes? É aquilo, porque, uma vez que a gente vai colocar uma horta comunitária, que a gente vai plantar algo, possa ser que interfira na venda, na comercialização daquele comerciante. Como que a gente pode fazer esse equilíbrio com o comerciante local? Já que a gente pensa em manter a economia, fazer a circulação, mas também quer ter essa autonomia, como que é possível isso?

MARIA EMÍLIA PACHECO: As hortas comunitárias, também tem um movimento na agroecologia da chamada agricultura urbana. Eu achei sua ideia muito boa, eu não saberia detalhar a proposta para você, mas economistas e tantas outras pessoas de outras profissões poderiam pensar isso. Você está trazendo uma ideia que deveria compor o que eu chamei aí dessa proposta de abastecimento alimentar. Quem sabe algumas parcerias, mas com algum controle social, com algum apoio também público, de maneira que o resultado da produção da horta chegue a ser comercializado nesses pequenos estabelecimentos. O exemplo que eu dava lá do Raízes do Brasil é um pouco isso também. Os alimentos vêm lá para o Raízes, e faz parte de um processo de distribuição também para famílias que encomendam. Mas isso que você disse me parece interessante, um comércio local, pequeno, ser abastecido também com esses produtos da horta comunitária. Eu acho que é uma proposta que vocês deviam levar lá para dentro do Conselho Municipal de Segurança Alimentar, para dentro da Prefeitura e entrar nesse debate geral: como garantir um sistema de distribuição dentro de uma política local de abastecimento alimentar?

GISELE: Como que cria uma alternativa sobre o desperdício dentro das famílias? Como ensinar. E também dos grandes mercados, do grande desperdício que tem nos mercados, de alimento que é jogado fora. Então que se criasse uma política pública que pudesse o mercado ter uma alternativa para usar, de alguma maneira, esses alimentos.

MARIA EMÍLIA PACHECO: É uma boa pergunta. Primeiro a gente tem que distinguir que desperdício é uma coisa, e perda outra. No Brasil tem muita perda de alimento, por falta de política pública. Se vocês forem em certas regiões no Brasil, lá na Amazônia, eu confesso para vocês que eu fico com dor quando eu vejo uma belíssima árvore de taperebá, que também é conhecido como cajazinho em alguns lugares, e o chão coalhado. Isso é perda, por falta de política, falta logística para garantir que essa fruta chegue in natura junto a obras assistenciais, que chegue nas escolas, etc. Então esse é um problema, o Brasil quando fala de infraestrutura, em geral, está falando de infraestrutura para grandes empreendimentos. Esse é um debate que a gente precisa fazer também: precisa de uma infraestrutura para atender aos interesses do povo. Mas o desperdício propriamente, no caso de grandes supermercados, existem em alguns lugares do Brasil o chamado banco de alimentos. Esses alimentos, que estão ainda em condições de serem aproveitados vão para esses bancos de alimentos. O exemplo que eu conheço que me parece mais eficaz é em Belo Horizonte que é uma cidade que tem muitas novidades do ponto de vista da política alimentar. E lá funciona o banco de alimentos se articulando com os órgãos públicos na Prefeitura. No caso das famílias, também existem alternativas de como reaproveitar alimentos, têm iniciativas, por exemplo, da Pastoral da Criança; têm muitas nutricionistas que fazem esse trabalho também e têm iniciativas próprias. Eu acho que um intercâmbio, por exemplo numa comunidade, de uma família que tem lá suas novidades de como transformar o alimento pode também circular o seu saber e ter esse intercâmbio. Nós do movimento agroecológico, aliás, valorizamos muito os intercâmbios: conhecerem roças, conhecer como transformam o alimento, enfim, acho que é uma forma de trabalhar. Com o apoio público também.

ALINE: Agora a gente vai convidar aqui o Felipe Addor para falar sobre tecnologia social para uma economia alternativa.



FELIPE ADDOR - Tecnologia Social: para uma economia alternativa

Engenheiro, professor do Programa de Pós-Graduação de Tecnologia para o Desenvolvimento Social na UFRJ, membro fundador da ABEPETS, que é a Associação Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão em Tecnologia Social.

Eu venho do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social, é uma unidade dentro do Centro de Tecnologia da UFRJ. A gente está lá no meio dos engenheiros da Universidade, que está mais preocupada em pensar nos grandes empreendimentos, nas grandes empresas, petróleo e tudo mais. Mas a gente criou um núcleo lá dentro por achar que é importante que, também, a engenharia, a tecnologia esteja a serviço das demandas populares; sociais, ambientais, possa pensar em como produzir alimentos saudáveis, possa pensar em como contribuir para uma perspectiva de economia, mas respeitando os direitos dos povos indígenas.

A gente traz toda essa discussão sobre a não neutralidade da tecnologia — ou seja, perceber que a tecnologia, as decisões, por exemplo, tecnológicas são tidas em função de toda uma disputa, um contexto social, econômico, político e tudo mais.

A gente tem um Programa de Pós-Graduação, de mestrado, em Tecnologia para o Desenvolvimento Social que articula uma série de grupos que pensam, por exemplo, questão de energias alternativas, questão de agroecologia, questão da tecnologia da informação, softwares que possam servir para uma outra perspectiva. Então têm várias engenharias que trabalham isso e que se articulam dentro do NIDES.

Então uma das coisas que caracterizam o NIDES é ter um pé fora da universidade. O NIDES é uma disputa da universidade para que as universidades se tornem cada vez mais uma universidade democrática, popular, e uma das perspectivas é esse pé fora da universidade. Na universidade a gente chama isso da extensão. Então a extensão é o espaço onde a universidade interage com a sociedade e vai poder ter essa troca. E não numa perspectiva hierárquica, superior; não é chegar o professor, falar “eu sei isso, eu sei aquilo, a solução é aquela”, mas a partir de uma perspectiva do diálogo, da troca de conhecimento, da valorização dos outros conhecimentos, conhecimentos populares, empíricos.

Mas também a gente busca sistematizar, escrever, registrar, pesquisar, como uma forma de gerar conhecimento e que as experiências sirvam como exemplo, inspiração, subsídio para outras experiências — que é um pouco o que eu vim aqui para trazer.

E aí eu vou entrar nessa discussão sobre o modelo do desenvolvimento tecnológico. A primeira reflexão importante é que atualmente a tecnologia é um elemento fundamental em qualquer grande discussão que a gente vá trazer. Quando a Maria Emília traz essa discussão sobre a fome, sobre a pro-

dução de alimentos, sobre o agronegócio, qual o caminho tecnológico que a sociedade brasileira optou por tomar no campo rural, na área rural, na produção de alimentos? E a gente percebe isso vendo os produtos. Assim, enquanto a gente vê lá “O Agro é pop”, aqueles vídeos, aqueles tratores enormes, avião e o agrotóxico, isso é uma decisão por priorizar esse tipo de tecnologia. E quando a gente vai visitar um pequeno agricultor, qual é a tecnologia que ele tem? Eu lembro até que a gente foi levar uns engenheiros para visitar um assentamento no Rio e aí, um professor de engenharia elétrica viu aquela tobata e falou: “caraca, essa é a mesma tecnologia que meu avô usava na década de cinquenta, sessenta”. O não desenvolvimento de uma tecnologia para fortalecer a pequena produção, a agricultura familiar, a agroecologia é uma decisão tecnológica. E que a gente está aqui para disputar e tentar reverter.

O modelo tecnológico, que a gente assumiu, que é um modelo que traz tecnologia de fora, que não permite um processo de valorização do saber local, do saber do camponês — e aí tem toda uma discussão sobre como antigamente o camponês tinha um domínio sobre a tecnologia, e quando ele começa a usar transgênico, começa a usar agrotóxico, ele começa a ficar dependente. São várias as pesquisas que mostram como quando começa a entrar nessa dinâmica ele começa a ter que pegar crédito no banco, a ficar endividado, começa a gerar um processo que é muito mais difícil depois de ser enfrentado.

A tecnologia é, automaticamente, geradora de desigualdades. Porque ela vai contribuir mais para um grupo, ou mais para outro grupo. Isso não é que ela é má por conta disso, isso é um fato. A gente atualmente tem o celular, o smartphone. E isso permite que a gente consiga comunicar, interagir e tal. Mas e aí quem não pode ter acesso a essa tecnologia? Isso acentua aquela desigualdade; você começa a ver que o adolescente que não tem celular, ele já é automaticamente excluído. Até a interação social vai depender disso. Então, não é que a tecnologia é ruim, má; ela sempre tem perspectiva de avanço, de acesso, de benefício, mas também ela vai gerar algum tipo de desigualdade.

Eu discuto também o campo democracia, quando a gente fala, por exemplo: “ah, democracia digital”; vocês já ouviram falar: “vou criar uma plataforma, o pessoal votar”, mas quem é que vai votar? Quem vai poder participar? Quem é que tem internet em casa que vai poder interagir? Uma discussão que a gente traz é: as desigualdades que a tecnologia vai gerar, elas vão aumentar as desigualdades atualmente existentes, ou elas vão tentar diminuir, reverter essas desigualdades? Então de alguma forma é preciso pensar essas tecnologias considerando as desigualdades sociais, econômicas, culturais que existem no mundo. Então a gente luta muito para pensar essa tecnologia e reverter esse modelo — que é dependente; é uma tecnologia que vem de fora.

A Maria Emília falou do Programa do Um Milhão de Cisternas, que é um programa muito interessante, e aí teve um momento que eles resolveram trazer a cisterna do México? A cisterna de plástico, que veio do México, ao invés de usar a cisterna de placa que era construída comunitariamente. E aquela cisterna não aguentou o calor do Semiárido, e aí começou a amassar, distorcer. E aí como é que era para consertar aquilo? Tinha que chamar o técnico lá do México para ele vir, então isso gera um processo de dependência. E de mudança da cultura, das relações.

A preocupação maior dessa tecnologia não é, na sua base, melhorar o bem-estar dos trabalhadores. Se for pensar no desenvolvimento tecnológico nos últimos duzentos anos, vamos pegar um recorte: será que atualmente a gente tem menos exploração do trabalho? Será que atualmente as pessoas conseguem trabalhar menos e ter mais lazer? Será que a gente está menos desigual? A fome atualmente está aumentando. Como é que pode, depois de todo esse tempo?

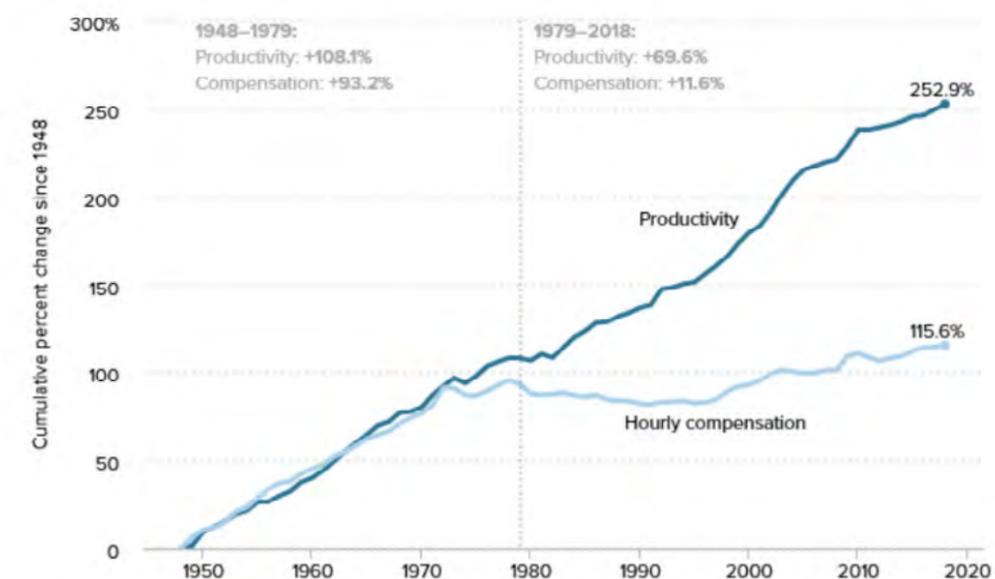
Vou usar alguns dados da Organização das Nações Unidas para a gente ver uma foto da conjuntura atual, depois de todo o desenvolvimento tecnológico: Primeira, Segunda, Terceira, Quarta Revolução Industrial. Atualmente têm cerca de três bilhões e meio de trabalhadores no mundo; desses, 61% estão no setor informal. No setor informal é que não estão formalizados, que tem uma dificuldade de acesso aos direitos. Cerca de 828 milhões de pessoas estão passando fome. São em torno de 2,3 bilhões

de pessoas no mundo com insegurança alimentar, o que dá quase 30% da população. Ou seja, quase uma a cada três pessoas no mundo tem algum nível de insegurança alimentar. E isso é maior para as mulheres. E a desigualdade está crescendo para grande parte da população mundial. Em torno de 70% da população mundial vive em países onde a desigualdade está crescendo. Eu estou trazendo alguns dados para mostrar o quanto que esse modelo tecnológico, não é só a tecnologia, mas é o modelo econômico, social não está caminhando e contribuindo para a gente chegar numa situação muito melhor no mundo.

E aí tem esse gráfico* que é também simbólico. Está todo em inglês, mas só de ver as linhas você consegue ver. Ele tem duas linhas: uma linha azul clara e uma azul escura. A linha clara mostra a remuneração média do trabalhador por hora. Isso é uma pesquisa de um grupo de pesquisa dos Estados Unidos que foi analisar o contexto industrial dos Estados Unidos. A linha clara mostra a remuneração, e a linha escura mostra a receita da empresa, o faturamento. E é interessante porque eles mostram até — uma pesquisa mais recente — o quanto até o início da década de setenta você tinha o aumento da receita da empresa junto com o aumento do salário dos trabalhadores. E de repente essas duas curvas se descolam. Isso quer dizer que, segundo aquele gráfico, a partir da década de setenta as empresas continuaram aumentando a sua renda e ganhando mais dinheiro, mas pagando menos salário aos trabalhadores. Ou seja: um aumento da desigualdade e um aumento da apropriação da riqueza por parte dos empresários, dos donos das empresas. E tem também a questão ambiental, que é indiscutível, é fundamental pensar qual é o impacto do atual modelo tecnológico para o meio ambiente. Todo ano a gente fala de agrotóxico, de todas as questões das doenças, quando a gente fala de covid. Mas, particularmente, queria destacar: tem um conceito que chama injustiça ambiental. Qual é a ideia principal? Ele argumenta que os impactos ambientais desse nosso modelo econômico e tecnológico recaem principalmente sobre os mais pobres. Sobre os países mais pobres. Foi citado aqui a questão dos deslizamentos. Quem já viu deslizamentos nas casas, onde estão as mansões? Em geral são nos bairros pobres. A poluição, os rios poluídos. A coisa da mineração na terra dos Yanomami. Ou seja, existe um processo, que esse modelo reforça, que faz com que os impactos ambientais recaiam sobre os

The gap between productivity and a typical worker's compensation has increased dramatically since 1979

Productivity growth and hourly compensation growth, 1948–2018



**Gráfico 1: Remuneração média do trabalhador por hora em comparação com as receitas das empresas.

mais pobres. E é engraçado, porque ele está gerando a riqueza, mas para os mais ricos. Mas quem sofre as consequências são os mais pobres.

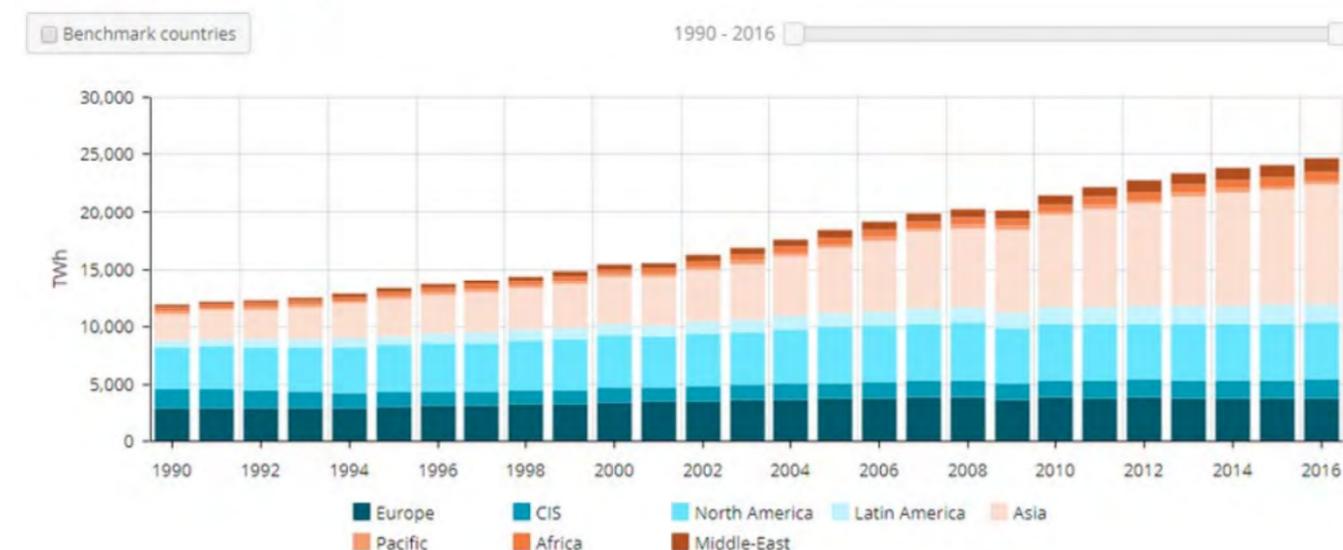
Aí tem um gráfico** também para ver: enquanto o aumento do consumo de energia se dá principalmente nos países ricos, o impacto da produção dessa energia está nos países mais pobres. Está na Ásia, está na América Latina, então os impactos da produção de energia recaem sobre os mais pobres, mas para o consumo dos países mais ricos.

Bom, então essa é uma foto do que que é o caminho que tem sido trilhado pelo modelo tecnológico, econômico, social, cultural, que está hegemônico. E aí vem a resposta: o que que a gente crê que precisa ser feito diferente para caminhar, e é esse campo da tecnologia social.

Ele vem a partir de uma visão crítica de todo esse processo. Muito mais do que uma ideia ele vem a partir de experiências concretas, por exemplo, na agroecologia, na reciclagem de resíduos, no software livre, são várias experiências que vão constituindo essa ideia. Tem esse campo da teoria crítica da tecnologia, que eu não vou aprofundar também, mas dois elementos que eu vou trazer. Primeiro: qual é o pano de fundo dessa ideia da tecnologia social, de uma proposta alternativa? Primeiro é democratizar e popularizar o processo tecnológico. Isso quer dizer o seguinte: não sou só eu, engenheiro e professor, que penso e desenvolvo tecnologia. Mas como é que a gente consegue, num diálogo com os trabalhadores, com as pessoas, valorizar os conhecimentos, valorizar — acho que quem passa e conhece os assentamentos, as comunidades indígenas, quilombolas, a quantidade de conhecimento, de tecnologia, de engenharia que tem ali é absurda, é enorme. Você vai a assentamentos e aí tem tecnologia de puxar água do poço, tecnologia de irrigação, tecnologia de plantio.

Então é preciso, primeiro, valorizar isso para estabelecer um intercâmbio — não é também ignorar todo o conhecimento que existe, mas como é que interage — para popularizar o processo tecnológico, para que esses processos, essas tecnologias, esses conhecimentos sejam difundidos, distribuídos. E também que os trabalhadores tenham cada vez mais capacidade deles mesmo transformar sua realidade. Que aí, a gente enquanto universidade vai chegar no território, não é o salvador da pátria, a gente não vai estar lá para sempre, então a gente tem uma clareza de que a gente vai estar lá, vai tentar contribuir, mas que os próprios trabalhadores têm que ter a capacidade de transformar sua realidade.

Trend over 1990 - 2016



**Gráfico 2: Impacto da produção de energia no meio ambiente em diferentes regiões.

Isso é muito Paulo Freire, muito nesse sentido da práxis, de compreender, refletir e transformar a sua realidade.

Nesse sentido, o que que define esse campo da tecnologia social? Não é o produto, não é a tecnologia, não é o artefato; não é a garrafa, não é o celular, mas é como que se dá o processo de construção daquela solução tecnológica. Quem está envolvido? Quem participou? Quem se apropriou? Que valores foram reconhecidos? Então é uma perspectiva que passa por essa ideia de emancipação, de democratização. Não é eu chegar: “pronto, criei, olha aqui a solução, agora resolvi o problema”. Beleza, vamos dizer que a gente resolveu o problema da habitação. Só que e o do saneamento? E aí vamos ter que correr atrás de outra pessoa, “opa, você pode ajudar aqui?” E da água potável, “opa, você pode ajudar lá?” E da energia? Da iluminação, pavimentação, então, não adianta. Ou seja, a melhoria da qualidade de vida não vai se dar de forma estrutural e constante se aquela população não tiver uma capacidade de transformar sua própria realidade. Então não é assistência, não é uma assistência, nem de responsabilidade social, é um processo de emancipação e organização.

Então, sistematizando os grandes princípios desse campo da tecnologia social: Primeiro: a necessidade social está acima dos interesses econômicos. E aí, nesse sentido, a gente vê uma série de campos, exemplos que falam atualmente de empreendedorismo social, negócios sociais, negócios de impacto, que têm alguma questão social? Têm, mas que a questão econômica e financeira está acima. Então é uma coisa que os interesses sociais têm que estar acima do econômico. Bem-estar.

O intercâmbio, esses interesses sociais às vezes podem ser uma necessidade econômica: uma cooperativa de catadores que precisa melhorar sua renda. Então tem uma perspectiva econômica. Ou a gente está trabalhando aqui a questão da agricultura, da agroecologia, a gente precisa ter uma perspectiva econômica, mas com o fim maior de ter o bem-estar daquela comunidade. O Intercâmbio entre diferentes conhecimentos. Também Paulo Freire: “não tem saber maior e menor, mas são diferentes saberes, diferentes conhecimentos que têm que dialogar, interagir”.

A questão da organização comunitária e emancipação do território. Não é a tecnologia que vai resolver o problema. Não é o engenheiro que vai resolver o problema. É a capacidade de organização, que pode se apropriar e usar alguma tecnologia, mas para estruturar aquilo; a tecnologia é um suporte para a questão da organização que vai resolver.

A questão da apropriação tecnológica. Que a tecnologia implantada, que os trabalhadores tenham o conhecimento, a capacidade de usar, de interferir, de consertar, de manter, de reproduzir. Então é muito importante que tenha isso, a gente tem muitas experiências anteriores, não sei se vocês lembram quando, em discussão com os assentamentos, antigamente tinha uma política de fábricas de farinha. O pessoal chegava e implantava uma fábrica ali em qualquer canto lá, sem discutir com a comunidade, sem debater, sem formar, e a quantidade de elefante branco que ficou, que está lá só as estruturas.

A adequação ao território, com respeito ao meio ambiente. Eu tenho tido muitas experiências lá na Amazônia, de ir lá discutir essas temáticas. E é muito interessante como tem sido essa discussão lá. Como é que você responde ao projeto das mineradoras? Do extrativismo selvagem, exploração? E tem tido várias experiências interessantes de comunitários, de indígenas que têm pensado em projetos de desenvolvimento sustentável, de uso daqueles recursos, mas de forma sustentável, que não vai, enfim, destruir a floresta, que não vai poluir os rios. Então como é que você consegue pensar soluções tecnológicas, econômicas, sociais, mas que respeitem aquele território e meio ambiente?

Um acesso democrático ao conhecimento da tecnologia, também não posso pensar a tecnologia: “opa! Ó, isso aqui é uma solução linda para você, agroecologia. É só você comprar ali, cinquenta mil reais. Tudo resolvido.” Mas quem é que pode acessar? Como é que você faz para acessar?

Governança democrática do processo, isso é uma coisa muito importante. Eu acho que o mais rico desse espaço aqui é você ter uma diversidade de instituições, de pessoas, comunidades, Gover-

no, instituições de ensino e pesquisa. Agora: qual é o espaço de tomada de decisão para pensar esse projeto e essa ação? Quem que vai estar interferindo? Porque por exemplo, eu estava até debatendo ontem sobre o problema de Brumadinho. Mariana, Brumadinho, os caras tentaram fazer um processo de compensação dos impactos e aí criaram uma fundação, Fundação Renova, que é quem vai gerir os recursos para trazer essa compensação. Mas quem é que está no Conselho dessa Fundação Renova? São os funcionários da Vale e funcionários do Estado. O povo não participa, a pessoa não está lá. Então é fundamental, ao se pensar esses processos, como é que a população, o povo, os moradores, trabalhadores vão também interferir, vão decidir, vão participar lá.

Aí entra o MAB, o Movimento dos Atingidos por Barragens, aí entra o movimento da luta por moradia, aí entra o Movimento dos Pequenos Agricultores. Ou seja, cada espaço, território, projeto vai ter uma dinâmica, mas o mais importante é que haja uma governança democrática. A população tem que estar lá com capacidade de influir, interferir.

É um processo de enfrentamento das desigualdades, das opressões. Como eu já falei, a perspectiva de tecnologia social é, primeiro, para enfrentar as desigualdades e também a perspectiva de enfrentar as opressões, quis dizer, opressões de gênero, de raça. Então é preciso isso estar pautado também: como é que a gente pensa um projeto agroecológico enfrentando o que por vezes a gente vê, uma cultura machista no meio rural, enfim.

Então eu quis trazer aqui algumas novas experiências que a gente vem desenvolvendo. Como eu falei, a tecnologia, vocês vão ver que ela está presente, mas ela não é o mais importante, não é o produto final. Mas é ela como ferramenta de organização, de articulação, de fortalecimento. Então, por exemplo, isso aí foi um site de comercialização de produtos da reforma agrária no Rio de Janeiro, a gente fez em parceria com o Movimento dos Trabalhadores [Rurais] Sem Terra — MST. Então um site para vender os produtos. Mas como é que foi feito? Primeiro tem umas fotos dos estudantes lá no assentamento, ir conhecendo, ir entendendo como é que era a produção, as dificuldades, depois trazendo os agricultores e os militantes do Movimento para entender o sistema. Então a gente fez todo um processo de assessoria, tinha reunião, e tal. Veio a pandemia, não podia mais encontrar, mas o processo que a gente conseguiu fazer, deles mesmos se apropriarem desse sistema, fez com que eles gerenciassem o processo ao longo da pandemia sem precisar da gente. É claro que tem uma galera lá da engenharia da computação que continua dando esse apoio. Mas a tecnologia foi plenamente apropriada, o próprio Movimento que colocava o que tinha para vender, qual era o preço, qual era o valor, que tirava o extra-to.

A tecnologia é mole de fazer, eu posso pegar dois alunos e eles vão fazer o site. Mas como é que você consegue fazer um processo organizativo, que aí você tem que pensar qual o diálogo do agricultor, da pessoa que vai vender, quanto que vai ser, aí o agricultor tem que começar a planejar, “opa, mês que vem eu tenho que produzir trezentos quilos de mandioca”, então tem um processo organizativo fundamental.

Esse, um outro projeto que a gente fez no assentamento Irmã Dorothy que discutiu a questão da energia: como pensar a energia para os assentamentos? E aí fizemos um curso de formação, discutiu a energia, e aí fizemos um protótipo de uma energia solar para a irrigação do solo. Então pegamos a energia do sol para puxar a água do poço e irrigar e tal.

Uma outra experiência em Macaé, assentamento Osvaldo de Oliveira, foi feita uma fábrica de farinha. Eu falei daquela fábrica de farinha que o Estado vinha e “pum!”, jogava; qual a diferença dessa fábrica de farinha? É que os professores e alunos da engenharia foram lá no assentamento, conversaram os problemas. Tem até uma foto, é o professor e o agricultor discutindo ali a prensa e o moedor e fizeram todo o processo, aí levaram para laboratório na Universidade para fazer. Aí ali está uma das características interessantes, que tem um moedor de mandioca ali. Como não tinha energia, não podia ser o tradicional, fizeram um moedor movido à bicicleta, e aí o pessoal pedalava e aí moía. E aí isso

trouxe uma discussão sobre, que as mulheres falavam: “ah, porque as máquinas para a agricultura familiar, todas, são feitas para os homens, que exigem uma força. Como é que a gente faz um moedor de farinha que seja apropriado também para as mulheres?”. Trouxe uma discussão sobre desigualdade de gênero.

Aí isso é uma outra experiência também em Macaé, no Quilombo, Quilombo da Machadinha, que precisava ter uma bomba d'água para puxar água do poço e fazer irrigação. Aí eles fizeram uma bomba d'água movida à energia eólica. Eu tenho até o vídeo, aquele negócio ali, bate o vento ele começa a girar, é uma coisa mecânica que puxa a água. E o que caracteriza tudo isso é que os próprios quilombolas, agricultores, moradores, eles se apropriam, participam do processo, da discussão do modelo tecnológico e têm a capacidade, depois, de consertar, de reaplicar, de difundir.

Aí uma outra experiência, de saneamento ecológico, isso foi no acampamento Edson Nogueira, em Macaé. Tinha uma cozinha comunitária aí, também teve um problema, de saneamento. Aí o pessoal levou algumas da Universidade, ouviu algumas experiências dali e aí criaram uma bacia de evapotranspiração para colocar o saneamento lá na comunidade.

Tem essa outra experiência em Niterói, que é o Banco do Preventório, que é um banco comunitário que servia para também dar microcrédito para os trabalhadores, articulou os agricultores, na época da pandemia fizeram cesta também comprando dos agricultores.

Esse também é uma experiência, já foi falada aqui, a ocupação Solano Trindade em Duque de Caxias. O que que é interessante aí? É que os futuros moradores se envolveram em todo o processo para pensar a planta da casa, o desenho da casa, como é que faz, e aí compraram (a gente conseguiu o recurso) uma máquina de tijolo agroecológico. Aí eles mesmo produzem o próprio tijolo e estão construindo as casas que eles mesmos vão morar, a partir duma organização, aí tem assembléia autogestionária e tal. Então, aquela ideia da apropriação, os próprios moradores vão ser quem pensa sua casa, constroem sua casa, e aí “não, eu quero uma janela aqui”, “eu quero uma varanda”, “ah não, deixa aqui porque se eu quiser fazer uma laje, depois eu posso fazer uma laje”. Então toda uma discussão que eles mesmos fazem parte; não é o arquiteto que vem lá de fora, “ó, a casa vai ser assim porque (...)”.

E tem mais uma lá em Campinas que é uma fábrica de bombona, que foi à falência, os trabalhadores ocuparam e começaram a produzir e fazer o que a gente chama de autogestão. Autogestão é onde todos os trabalhadores fazem a gestão daquele empreendimento, daquele empreendimento econômico, daquela comunidade. Não é o que a gente está acostumado, a ver o cara que, quem planeja e decide não é quem executa, falando “agora você vai produzir tanto, vai fazer tanto, nesse horário”. Eles mesmos decidem, organizam a produção, eles, por exemplo, tomaram a decisão de reduzir a carga horária, ao invés de oito horas por dia passaram a trabalhar seis horas por dia; e viram que a produção se manteve, com o mesmo salário. Porque eles puderam decidir. Decidem os seus salários, e tudo mais.

Isso dialoga diretamente com esse campo, que é o campo que a gente atua, da economia solidária. Que busca principalmente fazer um processo de democratização econômica. Porque a gente fala da democracia política, a gente fala da democracia social, e por que que a economia também não pode ser democrática? Por que a gente precisa ver, cada vez mais, o 1% mais rico aumentando sua riqueza e os 50% mais pobres ficando mais pobres? Tem vários teóricos da democracia que falam: não é possível ter uma democracia política se você tem uma injustiça, a desigualdade, não pode ter uma desigualdade tão grande. Tinha um autor, o Rousseau, lá, francês, que falava: “Não pode haver uma democracia onde exista alguém tão rico que seja capaz de comprar outra pessoa e alguém tão pobre que tenha que se vender”, Ou seja, é preciso haver alguma justiça econômica para existir, democracia ambiental, democracia política.

A economia solidária defende essa perspectiva de quebrar essa hierarquia, de fazer uma perspectiva cooperativa, solidária, organizativa. E a tecnologia social, então, vem como uma ferramenta importante para esse processo.

Para finalizar, acho que o que a gente está tentando trazer aqui é algumas experiências que mostram como é possível, como dá para a gente conseguir se organizar comunitariamente, com o apoio da universidade, do Estado, das organizações sociais, comunitárias, ONGS. E, principalmente, com esse objetivo de que a população, o povo, os trabalhadores sejam protagonistas no processo de transformação e fiquem menos dependentes de atores externos. Que as organizações comunitárias e empreendimentos econômicos solidários tenham a capacidade de se apropriar das tecnologias, usar essas tecnologias, desenvolver tecnologia para resolver os seus problemas. E é fundamental esse diálogo com o Estado e essa disputa do Estado. Eu estou dentro da universidade pública, que é parte do Estado, a gente está disputando isso lá dentro. E é importante disputar isso nas prefeituras, nos governos estaduais, no Governo Federal, que cada vez mais haja um espaço para a população.



DANIEL: Boa tarde. É só tentar linkar o assunto anterior, da antropóloga, com o do amigo aqui. Aqui tem se falado muito das estratégias de como amenizar essa questão da fome. E dois principais programas — que foi citado aqui —, que é o da economia solidária, o microcrédito, e também a questão do banco de alimentos. A gente sabe que 30% da produção, principalmente do médio produtor se perde, desde a colheita até chegar na prateleira, na área de venda. Como então a gente solucionar e fazer com que esses recursos cheguem na mesa de quem de fato precisa?

O município de Petrópolis, através dessa Gestão atual, tem trabalhado para a criação de um banco de alimentos aqui na cidade, e já está bem avançado. A elaboração, a implantação, os estudos já foram feitos, e a gente já vai entrar na fase de execução. O secretário de assistência, ele está aqui, ele pode melhor explicar para a gente. E o outro programa é o microcrédito, que também, debaixo dessa Gestão atual, tem trabalhado muito para a implantação dessas medidas de fortalecimento, da economia solidária, do alimento. Era só deixar isso destacado, que a gente está trabalhando, e a gente está fazendo as coisas acontecerem.

KLEBER: para que os alimentos cheguem a quem precisa chegar, que haja essa distribuição e que essa tecnologia não sirva só às grandes empresas, aos grandes empreendimentos, mas que atinjam também ao pequeno produtor rural, você não acha que isso deveria ser incentivado por políticas de Estado? Que incentivasse o fortalecimento dos conselhos comunitários, das associações de moradores e desses programas dentro das universidades públicas, que fortaleçam, que venham a fortalecer e a democratizar esse conhecimento. Se isso não seria importante passar por uma política de Estado, e não uma política de Governo, que entra Governo, sai Governo, desmobiliza tudo, quebra tudo. Ser uma política de Estado, que venha a fortalecer todos esses programas.

CLAUDIA RENATA RAMOS: Eu vou complementar só um pouco do que ele falou. Por exemplo, a gente mora lá no Córrego Grande, na Posse. Vendo você falando eu lembrei muito do professor Átila. Porque ele levou um desses projetos da UFRJ, foi maravilhoso, a gente teve a colheita, colhemos beterraba, enfim, a horta comunitária até existe hoje, mas a gente está lutando ainda, porque ele foi com todo aquele gás, com os outros professores, com os alunos, enfim.

E a gente tem uma preocupação lá de fazer, por exemplo, a gente tem o Brejal, que é um dos maiores produtores, só que o Brejal vende tudo que eles produzem mais para o Rio. Eles não fazem uma parceria com a localidade. Por exemplo, a maior parte ali trabalha em sítios. O pessoal do conjunto, a maioria são mulheres. São elas que sustentam a casa, não tem creche, não tem como deixar as crianças, enfim. A Fiocruz tem até, está lá fazendo um trabalho com a gente lá na comunidade, e aí por que não conversar com esses produtores também e levar para essas comunidades alguma coisa assim? Não digo nem só para doar, entendeu? Mas talvez vender mais barato. Por exemplo, a gente teve o professor Lucas, que é da Fazenda Vira-Mundo, ele produzia também, tinha no sítio dele, que que ele fazia? Ele levava algumas coisas do sítio dele e vendia mais barato para os moradores, então dia de sábado, porque ele levava o produto fresco e as pessoas compravam num preço acessível. Então assim, tem que ter um olhar também, já que o secretário de assistência social está aqui nesse momento. E aí, porque tem muito campo aqui em Petrópolis também para a gente fazer isso, então acho que essa contribuição para hoje, para isso foi fundamental.

MARIANA: Meu nome é Mariana. Como ela falou, todas essas palestras, tudo que está acontecendo aqui vai levando a gente a ir longe. Mas eu estou querendo puxar um pouquinho tentando ver o que que na prática eu posso fazer agora, sair daqui e fazer. E aí comecei a elencar algumas coisas, como se fosse um mapa. Como a gente poderia chegar, com o apoio da Universidade e da Fiocruz, é chegar um mapa do que que já existe em Petrópolis nesse sentido.

FELIPE ADDOR: Tentando articular as falas, eu acho que quanto mais a gente conseguir se organizar e se mobilizar para fortalecer essas perspectivas, mais a gente vai conseguir avançar em políticas públicas. Eu acho que tem uma questão que a gente tem que trazer, sobre política de Governo e política de Estado; é muito claro, como é que a gente consegue ter uma política que tem uma continuidade. Mas o problema é que é muito difícil garantir isso. Recentemente, o último Governo Federal simplesmente desmontou, desconstruiu todas as políticas para agricultura familiar, para reforma agrária, o Programa de Aquisição de Alimentos, Programa Nacional de Alimentação escolar, que são políticas que estão lá, teoricamente, como políticas de Estado, federais, que não dependem da vontade do Governo.

Então, a meu ver, o principal caminho para conseguir pressionar, e que isso tenha uma continuidade independente de quem seja o governante é a partir da organização e mobilização da sociedade. E têm vários exemplos que mostram isso, você vê a experiência do Programa Um Milhão de Cisternas. Quer dizer, ele começa da base, organizações sociais fazendo, implementando cisterna, você começa a ter uma organização, a Associação do Semiárido, a ASA, articula as organizações, e aí você tem uma capacidade de pressionar o Estado e fala “ó só, eu quero que isso aqui vire uma política pública.”

E aí até muda um pouco essa ideia de que a política pública só o Estado que faz. Ou o Estado faz sozinho política pública? A política pública tem que ser um processo coletivo de construção e pressão que é o que vai permitir. Tanto é que as áreas, também foram exterminados os conselhos, os espaços de participação social. As áreas em que se manteve algum, foram as áreas em que eram mais fortes. Por exemplo a área da saúde, que tem toda a história de luta pelo SUS, que tem um Conselho forte, que tem uma Conferência forte, quanto mais forte a organização social, maior a capacidade de você conseguir garantir a continuidade dessas políticas. Então acho que isso me parece — tentando dialogar, né — o caminho para isso. Acho que também dialoga com as outras falas, para fortalecer as políticas, para conseguir recursos, para ter continuidade, passa cada vez mais por a gente se organizar.

E aí é a gente, as organizações comunitárias, a universidade, organizações de apoio; a sociedade civil, quanto mais estiver sólida, mais vai ter uma capacidade de lutar pela continuidade dessas políticas.

Então eu acho que o caminho está muito por aí, por isso que a gente costuma falar assim: às vezes têm projetos que o artefato tecnológico é só um detalhe, que o que está tentando construir ali e colher, o principal fruto a ser colhido é a organização comunitária, a capacidade de articulação para, a partir disso, você conseguir fazer um processo de transformação e também aumentar o diálogo com o poder público, com as instituições.

DARLENE: Boa tarde, eu sou Darlene, do COMSEA [Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável] Petrópolis. Só para complementar a fala do Felipe, eu acho que também, como ele falou, um desmonte grande a nível federal então eu acho que o principal é a consciência política na hora de votar. A gente, isso muito para as associações de moradores, para a população em si: a gente precisa conhecer o nosso representante. Ir atrás, ver quem vem nessa batalha há anos, e não por aquele momento daquela promessa e daquilo que ele está colocando ali naquele momento, naquela determinada comunidade. Procurar os nossos representantes que sejam representantes mesmo, dignos de estar nos representando, conhecedores daquele processo todo, do que ele vai assumir. Porque senão não adianta, que vem o desmonte e vai acontecer isso logicamente. Então eu acho que isso é muito importante, essa consciência política dentro dos bairros, se discutir política sim! Essa história de que “ah, eu não gosto de política” já passou da hora. Eu acho que a gente precisa conhecer sim a nossa realidade local e discutir a política pública dentro das comunidades.

RAQUEL MACHADO: Eu quero fazer aqui um apelo, porque a sociedade civil sim tem se colocado, mas em muitos momentos não tem sido escutada. Eu venho hoje com um tema que eu tenho carregado já

há três anos. Eu sou moradora de Petrópolis, nascida. Saí de Petrópolis, estou engajada no segmento ambiental e a minha meta é, o meu propósito é a educação de base. Se ninguém investir na educação de base, nada muda. Falando uma analogia, dentro do segmento ambiental, a gente, a natureza é um ciclo. Então tudo é um ciclo, desde o microrganismo até o macro, tudo. E a política também é uma ciclagem. Então se nós não trabalharmos na educação — seja na área social, seja na política, seja em todos os segmentos, não tem solução. Não adianta ter uma outra catástrofe em Petrópolis e vir pessoas de fora julgando, apontando a causa. “Ah, é o ocupamento desordenado”, “é a ocupação desordenada”. É tratar a base, e a base é a educação, em todos os segmentos. E o meu apelo é, já que aqui hoje nós temos alguns secretários, o meu apelo é: o que eu observo trabalhando com projetos há mais de quinze anos é que os segmentos e as secretarias não se conversam. Quando eu, quando eu peço, quando eu, enquanto sociedade civil e enquanto idealizadora de algum projeto, eu tenho uma pauta e eu busco as secretarias e eu tento fazer esse link, quando eu consigo reunir as secretarias, eles falam: “mas quem é esse? Quem é aquele?” Eu conheço e os secretários não se conhecem!. Eu acho que existem algumas pessoas que não sabem nem o que é um conselho. Muito tem aqui se falado sobre, “ah, é importante participar do Conselho”. Então assim, isso é fundamental, claro, mas muitos da sociedade civil não sabem o que é um conselho. É um vocabulário que eles nem têm conhecimento. Então repito: é preciso tratar a educação, conhecimento. E os conselhos e as secretarias se reunirem também. Fazer esse evento de hoje é fundamental para isso, maravilhoso.

PESSOA NA AUDIÊNCIA: E vir nas comunidades.

RAQUEL MACHADO: Também, exatamente. E principalmente as secretarias fazerem esse elo. Nos ouvir mais. Quando chegar uma proposta de fora, da sociedade civil, quando se propor, às vezes uma secretaria se engaja. mas às vezes não depende só daquela secretaria. E as secretarias se conversam. O Meio Ambiente se conversa com o Social, se conversa com a Educação, então tem que ser, se conversa com o Turismo, então assim tem que ter esse engajamento.

TIAGO EZEQUIEL: Primeiramente prazer, meu nome é Tiago Ezequiel, estou coordenador da Casa dos Conselhos há mais ou menos um ano aí, pegamos essa tragédia, e eu acho que é isso, a construção da democracia participativa, ela é fundamental. Mas é importante que a gente perceba que nós vivemos num sistema que a produção é coletiva e a apropriação é privada. Saber disso é fundamental para que a gente entenda como buscar essa participação popular. Infelizmente, no sistema capitalista, a fome é um projeto de poder. Porque é através da fome que se mantém o status quo. Por isso é fundamental a eleição do Lula em 2022, por isso é fundamental ter um Governo como o do Rubens aqui em Petrópolis, que colocou todos os conselhos municipais como deliberativos, e não só como consultivos. Porque uma coisa é você consultar a população, outra coisa é a população deliberar.

Mas nós queremos estar dentro das comunidades. No ano passado nós fizemos dez conferências municipais e nós aprovamos em várias conferências municipais os fóruns populares. E a partir deste ano nós estamos levando para as comunidades esses fóruns populares, e peço muito a ajuda de cada um que está aqui, olhando no olho de cada um, porque nós precisamos da ajuda de todos. Não é só o poder público que vai conseguir organizar e melhorar a situação.

Mas nós precisamos encontrar saídas, e essa questão da economia solidária é fundamental para encontrar saída a esse modelo de exploração do homem pelo homem, que é essa pouca vergonha desse trabalho coletivo e aquele que produz não tem direito a ter acesso àquilo que é produzido.

LÍLIAN REGINA: Raquel, complementando a sua fala, os nossos secretários precisam sim ter mais essa interação, porque senão uma solução que uma comunidade precise ela precisa mandar trinta ofícios!

Não adianta fazer um e este um ser protocolado para que todos tenham entendimento, não dá. Você tem que ir a trinta lugares para fazer isso.

E outra coisa, Thiago, os conselhos são fabulosos, só que precisam ser descentralizados. Porque nós, do Terceiro, Quarto e Quinto Distrito, é impossível que a gente possa vir participar, não tem como! Muitas horas não tem dinheiro, o horário é difícil para nós retornarmos para nossas comunidades, porque nem todo mundo tem um carro. Não tem nem ônibus! Então é isso que eu peço: aqui, já que estamos todos juntos, olhando um no olho do outro, vamos fazer estas duas mudanças na nossa cidade. Que um ofício que uma comunidade solicite, ela precisa, às vezes, da Secretaria do Meio Ambiente, da Secretaria de Obras e da Secretaria de Assistência. Para que que você tem que ir nos três lugares, protocolar os três lugares e depois ficar acompanhando os três processos diferentes? Por favor, olho no olho, vamos nos ajudar.



MARIA DA PENHA: Como o tema é sobre a fome, e eu tenho assim o hábito de ler, achei num livro que, na verdade, é um livro que está pela metade e eu não sei o nome do autor. São duas poesias, essa eu não sei o nome do autor, a outra eu falo. Então vou falar essa agora, tá? O título é *Profecia*.

O planeta terra é para todos
Comporta todos
Alimenta a todos
Mas o homem não soube reparti-lo

Estou com fome
Meus vizinhos estão com fome
Metade da humanidade está com fome

E nos quintais dos ricos
Leões, cachorros, gatos e ratos se alimentam de bife
As frutas apodrecem nos latifúndios
Os Cadillacs adormecem sob tetos que comportariam milhares de desabrigados
Principalmente crianças, que são pequeninas

Triste planeta vermelho de sangue
Menstruado pela violência
Apodrecido pela fermentação do egoísmo exalado pela bactéria homem

Triste homem que deseja a imortalidade
Mas não quer dividir a vida com os semelhantes

Malditos profetas que não erraram na profecia
O homem destruirá a humanidade

E essa aqui que eu vou falar agora é do poeta Bráulio Bessa, cearense, que eu gosto muito. Então o tema é *Fome*⁸ [assim também é seu título].

Eu procurei entender
qual a receita da fome,
quais são seus ingredientes,
a origem do seu nome.
Entender também por que
falta tanto o “de comê”,
se todo mundo é igual,
chega a dar um calafrio
saber que o prato vazio
é o prato principal.

Do que é que a fome é feita
se não tem gosto nem cor
não cheira nem fede a nada
e o nada é seu sabor.
Qual o endereço dela,
se ela tá lá nas favelas
ou nas brenhas do sertão?
É companheira da morte
mesmo assim não é mais forte
que um pedaço de pão.

Que rainha estranha é essa
que só reina na miséria,
que entra em milhões de lares
sem sorrir, com a cara séria,
que provoca dor e medo
e sem encostar um dedo
causa em nós tantas feridas.
A maior ladra do mundo
que nesse exato segundo
rouba mais algumas vidas.

Continuei sem saber
do que é que a fome é feita,
mas vi que a desigualdade
deixa ela satisfeita.
Foi aí que eu percebi:
por isso é que eu não a vi
olhei pro lugar errado
ela tá em outro canto

entendi que a dor e o pranto
eram só seu resultado.

Achei seus ingredientes
na origem da receita,
no egoísmo do homem,
na partilha que é malfeita.
E mexendo um caldeirão
eu vi a corrupção
cozinhando a tal da fome,
temperando com vaidade,
misturando com maldade
pro pobre que lhe consome.

Acrescentou na receita
notas superfaturadas,
um quilo de desemprego,
muitas verbas desviadas,
rebolou no caldeirão
vinte gramas de inflação
e trinta escolas fechadas.

Sendo assim, se a fome é feita
de tudo que é do mal,
é consertando a origem
que a gente muda o final.
Fiz uma conta, ligeiro:
se juntar todo o dinheiro
dessa tal corrupção,
mata a fome em todo canto
e ainda sobra um tanto
pra saúde e educação.

MARIA DA PENHA: Eu vou falar mais uma estrofezinha que também é do Bráulio Bessa, deixa eu ver se eu me lembro assim, eu não copieei. É assim:

Não adianta insistir
Não adianta observar
Se não tomar uma atitude
As coisas não vão mudar
E a própria esperança
Vai cansar de esperar



THIAGO DA CRUZ ALVES - Introdução ao tema Agroecologia e Agricultura Urbana

Cientista social com experiência em agroecologia e desenvolvimento sustentável e membro da equipe sociotécnica do Fórum Itaboraí - Política, Ciência e Cultura na Saúde.

A proposta nesta mesa, da minha parte, é fazer uma introdução à agroecologia. Uma introdução sobre o tema, porque o tema realmente suscita algumas confusões, ou alguns diferentes entendimentos sobre o que que significa. E tanto a agricultura urbana também. Quando se pergunta o que que é agroecologia e o que que a gente deduz, sem ter nenhum ou pouco conhecimento prévio, a gente vai quebrar a palavra: “é uma agricultura ecológica. Agro de agricultura e ecológico de ecologia.” E então seria os princípios ecológicos na agricultura. Uma introdução desses princípios ecológicos na agricultura. E que não está errado. É isso, mas não é só isso. A palavra enquanto conceito, agroecologia, surge na década de oitenta, e a definição que se considera original é justamente “a introdução dos princípios ecológicos na agricultura”.

Para falar disso a gente tem que sempre contextualizar, porque o que que estava acontecendo nessa época, para surgir esse conceito dessa forma? Nos quadrinhos têm um pouco essa diferenciação: agroecologia e no outro, agricultura convencional, como é conhecido no meio dos agricultores. O que também é controverso: convencional em relação a quê? E as outras práticas agrícolas “naturais e alternativas”: alternativas em relação a quê? Sendo que essas, que hoje chamam de “convencional”, têm nem um século de surgimento. Enquanto que a humanidade há dez, doze mil anos produz seus alimentos dentro dos princípios ecológicos.

E a agroecologia veio como uma resposta a essa agricultura, hoje convencional, mas que pode ser chamada de agricultura química, que estava e ainda está, de certa maneira, se alastrando pelo mundo e que teve o seu surgimento por volta da década de cinquenta, sessenta, com o nome de Revolução Verde. O verde, inclusive, é um adjetivo para um monte de coisas que nem sempre são verdes. Condomínio adora um green da vida, por exemplo. E a Revolução Verde veio com todo esse aparato ideológico. Inclusive uma das promessas era acabar com a fome. Você abre um Google, bota Revolução Verde, “a Revolução Verde surgiu com a modernização da agricultura com o intuito de acabar com a fome”. O que que a gente está fazendo aqui hoje em 2023? Discutir o problema da fome, persistente.

Josué de Castro já falava também há um pouco menos de cem anos atrás, que nenhuma alternativa técnica será eficaz se as questões políticas que envolvem a fome não forem resolvidas.

Na verdade, isso foi uma propaganda de acabar com a fome, mas dentro de um projeto modernizador da agricultura que é uma das vertentes de um projeto mundial de globalização mesmo. Tem um livro da autora chamada Vandana Shiva, chamado *Monoculturas da Mente*⁹, onde ela traça muito bem esse paralelo, essa relação que a monocultura no campo não está dissociada, não está descolada de uma monocultura da mente, no sentido de um projeto de homogeneização de pensamento, de valores, enfim, e de sociedade. A gente sabe a questão das desigualdades, acho que fruto, um pouco, dessa for-

ma de vida que é imposta. E que a gente enquanto sociedade tem que estar cada vez lutando mais para ser ouvida.

Então a agroecologia surge, com esse nome, na década de oitenta, em contraposição a essa agricultura que chamaram de convencional, mas que poderia ser também industrial, agricultura química, que prezava uma simplificação. O que que a gente tem aqui? monocultura, como eu já falei, adubos sintéticos, sementes híbridas e transgênicas, agrotóxicos. Esse é o que chama de “pacote” também. E isso foi imposto na agricultura, uma coisa diversa, em vários lugares do mundo, várias variedades, vários alimentos, várias técnicas. Por isso que o nome também é cultura; não à toa tem cultura no nome, senão é o agronegócio, que estipula a agricultura como negócio e o alimento, também, enquanto mercadoria.

Então imagina introduzir uma variedade de arroz no mundo inteiro? Porque é o projeto para plantar e esse arroz ser suscetível a todas as mesmas pragas e esse mesmo conglomerado industrial que insere, de vários meios (violentos inclusive), essas variedades, essa simplificação desses sistemas e ao mesmo tempo também tem o “remédio”, digamos, a “solução”. Ele vem com os agrotóxicos (chamados por eles defensivos agrícolas), uma venda casada. Então o que que está em jogo nisso? Controle, controle da alimentação.

Se a gente entra no supermercado hoje vê um monte de marcas. Aí dá uma falsa sensação de que são várias empresas fazendo várias coisas, mas a quem pertencem essas marcas? a conglomerados. Cinco, seis grandes empresas que têm várias marquinhos, para dizer que são várias. Então são cinco, seis empresas que controlam o alimento, e está diminuindo. O caminho é a gente chegar em uma empresa, que uma vai comprar a outra, que vai se fundir, e a gente vai ter uma grande empresa controlando, de certa maneira, a alimentação de fato. Nesse campo da agricultura convencional, a gente teve há pouco tempo a fusão da Monsanto com a Bayer. A Monsanto, uma empresa fábrica de sementes, agrotóxicos, e a Bayer uma indústria farmacêutica. Então o que que significa isso em termos de projetos de poder, de sociedade, para a gente?

São essas coisas o que fez a agroecologia surgir. Foi o contraponto. Falar “a gente produziu alimentos durante milhares de anos, tem vários saberes” — a agroecologia preza muito pelo saber popular. Ela nasce com esse nome no campo científico, se identifica como ciência, além de prática e movimento social, mas uma característica, assim, fortíssima dessa ciência, inerente a ela, é a valorização do saber popular. Que, foi o que nos sustentou durante milênios. Então a academia trabalha muito junto com os agricultores nas metodologias de se fazer agroecologia.

Como foi dito aqui, a tecnologia não é neutra, não existe neutralidade. Uma semente híbrida, o que que é uma semente híbrida? Se é uma semente que você vai plantar e o que você colher não vai conseguir plantar ela de novo para vingar? Então você vai ter que comprar sempre. A quem interessa isso? A quem vende a semente. E quem vende a semente? São esses grandes conglomerados. Não estão aqui no Brasil, aqui é só o quintal, aqui é onde eles ganham dinheiro.

Para fechar um pouco essa parte, eu trouxe aí essa máxima, da Ana Primavesi que diz: “solo sadio, planta sadia e pessoas sadias”. Trazendo muito esse enfoque da agroecologia como foco no solo, e não remediar e tratar planta, que é a da química.

Mas o que diferencia a agroecologia, enquanto conceito, das outras agriculturas alternativas, tais como permacultura, biodinâmica, natural, são várias (cada lugar do mundo tem uma forma) é o seu enfoque político. O seu enfoque sociocultural, econômico envolvendo modelo de desenvolvimento. A agroecologia não pensa só a parte técnica, de plantio, pensa todo o sistema agroalimentar. Como ele se configura, quais as relações entre eles.

A nível didático tem: uma dimensão política, uma sociocultural e depois a técnica, mas essas dimensões todas se entrelaçam. Inclusive essa técnica nessas bases da convencional estipula outras relações comerciais dessa do supermercado. Até os mesmos produtores das sementes e dos venenos são

os donos, às vezes, dos distribuidores, dos supermercados. Isso vai orientar, em grande parte, a forma como você lida, como você acessa o alimento, como você compra, de quem você compra. Então não se restringe somente da porteira para dentro — para usar um termo que é usado em campo. Envolve todo o sistema agroalimentar, e a agroecologia se debruça sobre isso.

Mas na década de noventa teve um pouco também essa evolução do conceito da década de oitenta para a de noventa, englobando essas dimensões mais sociais. E soberania e segurança alimentar incluiu a dimensão cultural, que é a definição da Via Campesina, para trazer uma referência também de um outro movimento. Via Campesina é uma organização de movimentos, na verdade. Congrega várias organizações, movimentos sociais que trabalham pela agroecologia. Segundo a Via Campesina, [a agroecologia] “é o direito de todos ao acesso a alimentos saudáveis, de forma regular e sustentável, pautado pela identidade cultural e alimentar de seu próprio povo e região.”

Essa identidade cultural é fundamental, porque o projeto [global] é a gente comer a mesma coisa no mundo todo. Da mesma semente, do mesmo tudo. Então a força oposta, que a gente tem que fazer, é essa dimensão cultural. Por exemplo, os guias de alimentação; o nosso, que é muito bem elogiado e muito bem feito (tanto que foi combatido por grande parte das empresas, isso é um bom indicador de que ele é bem feito), mas é que os guias locais, de guia de alimentação brasileira, deveriam ser mais locais, um guia da alimentação do Amazonas, ou de vários locais de Petrópolis, que têm aptidão climática e cultural para produzir e para comer certos alimentos. Mas, linhas gerais, a gente conseguir também um guia alimentar regional brasileiro e que seja de fato cumprido, nos dias de hoje já é um grande avanço.

E tem outros elementos da economia solidária. O feminismo, como pauta dos direitos da mulher, saúde coletiva, comunicação e o direito à cidade, como link com a agricultura urbana. Esses esquemas são da Articulação Nacional de Agroecologia – ANA. É uma articulação que congrega várias redes, instituições e movimentos nacionais que trabalham pela agroecologia em vários lugares do Brasil e fazem um trabalho fantástico. Então também para título de conhecimento, quem quiser aprofundar, é um bom canal para entender um pouco mais da construção do conhecimento e do movimento agroecológico.

O direito à cidade linka muito com a agricultura urbana. Quando pensa em agricultura urbana, o que que vem geralmente na mente é uma horta comunitária, plantar na janela, fazer horta em vasos que, assim como a agroecologia, também tem essa dimensão. Mas, assim como a agroecologia, também engloba pautas mais sociais. De direito à cidade, da forma como a gente se relaciona no espaço urbano. Na forma como o espaço urbano é pensado para a gente se relacionar com ele, como foi trazido o exemplo da Posse.

Que se linka muito ao outro conceito de racismo ambiental, que é um conceito também fantástico, criado em populações pretas nos Estados Unidos, que moravam em lugares onde eram despejados todos os resíduos possíveis. Sólidos, de indústria, poluição, iam para onde aquelas pessoas moravam. Então essa expressão do racismo no território. E como a gente observa isso na nossa cidade, aqui no Brasil? No local de ocorrência desses desastres naturais, de certa maneira, e na forma como a cidade é possível de ser acessada. Como foi falado, até as próprias organizações progressistas, os conselhos, às vezes é difícil para as pessoas da cidade poderem participar; de chegar, de ir, deslocamento. E o próprio lazer. Se é uma família de cinco filhos, ela vai pagar cinquenta reais de passagem ida e volta se quiser acessar um serviço cultural em algum lugar. Não vai, ainda mais a pipoca do garoto.

São essas coisas que a agricultura urbana também reivindica. Claro que tem também um componente de produção de alimentos e temos exemplos mundiais brilhantes, que Cuba sem dúvida é o mais notório. Mas vários outros lugares, Detroit também, uma cidade com 80% da população preta e que teve um boom na década de cinquenta com a indústria de automóvel, que depois saiu e a cidade ficou abandonada, tipo aquela cidade em ruína.

É pensar a partir do alimento, a partir da produção como que a gente se organiza, como que a gente lida em sociedade e sobre que valores a gente vai se debruçar, enfim, em quem a gente vai votar, tudo isso.



HUMBERTO (BETO) PALMEIRA - Aproximação campo-cidade no combate à fome
Assistente social e da Diretoria Nacional do MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores.

Se a alimentação é um direito, dever do Estado, o Estado tem que criar, fomentar a criação de equipamentos de segurança alimentar e nutricional. Por que a cada lado de cada PSF não tem uma feira da agricultura familiar de Petrópolis? Seriam, para começar, quarenta e seis feiras. Com certeza, com certeza iam reduzir a fila dos PSFs. E mais: se alimentação é um direito e dever do Estado, o Estado tem que pagar pela comida do povo! Tem um exemplo belíssimo que é o exemplo da Prefeitura de São Paulo da Luiza Erundina, no início dos anos noventa, que era o Sacolão Popular. O que que é o Sacolão Popular? O Estado, no caso a Prefeitura, pagava 50% do valor do produto para o agricultor e o consumidor pagava 50%.

AUDIÊNCIA: Menções ao antigo Programa Cesta Cheia, Família Feliz, que havia sido implantado em 2001 na cidade de Petrópolis.

HUMBERTO PALMEIRA: Cesta Cheia. Já teve aqui e aí tiraram e colocou o Cartão [Imperial]. Ou seja, isso não seria uma política apenas emergencial para enfrentar a fome. Isso é uma política estruturante. Por quê? O Posto de Saúde já existe e isso iria provocar e dialogar com outras secretarias; os agricultores se organizem, quem está na cidade tem que se organizar, porque você poderia, via secretaria de economia solidária ou de emprego e renda, criar cooperativas urbanas para fazer a gestão da venda.

Isso geraria renda no campo e vai acabar aquele problema que os alimentos saem lá do Brejal e andam cento e cinquenta quilômetros para o Rio de Janeiro. Você ia encurtar a distância do produtor ao consumidor. Você ia garantir que o alimento fresco, colhido sete ou seis da manhã, nove da manhã estava na mesa do consumidor e estaria comendo no almoço aquela alface, aquele tomate.

Isso geraria renda no campo e vai acabar aquele problema que os alimentos saem lá do Brejal e andam cento e cinquenta quilômetros para o Rio de Janeiro. Você ia encurtar a distância do produtor ao consumidor. Você ia garantir que o alimento fresco, colhido sete ou seis da manhã, nove da manhã estava na mesa do consumidor e estaria comendo no almoço aquela alface, aquele tomate. E nós estamos propondo isso para o Governo Lula. E eu vou fazer uma crítica aqui e eu sou assistente social, vou fazer uma crítica que a forma pela qual nós saímos do Mapa da Fome foi artificial. Por que nós não podemos superar a fome só pela distribuição de renda. É fundamental. É o passo número um. No entanto, se você não incentivar a produção de alimentos, o que que aconteceu de forma concreta? Eu peguei aqui meu cartão do bolsa família, eu vou pegar esse cartão, eu vou lá no mercado, vou comprar

miojo, vou comprar leite condensado, vou comprar salsicha; eu vou matar minha fome imediata, só que eu vou gerar um problema de saúde a médio, longo prazo e, por último, quem vai ganhar dinheiro é quem? A indústria agroalimentar, que foi quem mais ganhou — olha só que maluco isso: a pandemia foi o período em que a fome escancarou; 33 milhões de pessoas passando fome. Aí você pega, quem mais ganhou dinheiro na pandemia?

AUDIÊNCIA: O supermercado. Supermercado.

HUMBERTO PALMEIRA: Os supermercados. É o setor que mais ganhou dinheiro. O Valor Econômico comemorou que a indústria de massas no Brasil, de miojo, estava aquecida. Então, o recado que nós estamos dando para o Governo é o seguinte: “temos que fazer distribuição de renda? Temos. É fundamental. O povo tem que ter dinheiro no bolso para poder comer. Agora, se nós não levamos os alimentos de verdade, da agricultura familiar, lá para o bairro você vai num mercado lá do bairro, que vai lá no atacadão e comprar e leva para lá. E no Brasil, esse é um outro problema sério, nós temos hoje duas grandes empresas que controlam a distribuição de alimentos. Duas grandes multinacionais. O dia que essas multinacionais se estressarem, ou ficarem nervosas, elas podem simplesmente parar de distribuir alimento. Podem fazer isso, e eles fazem isso em várias partes do mundo. Fizeram e fazem. No Rio de Janeiro, por exemplo, a rede Hortifruti é de capital suíço, agora parte das Americanas comprou; não tem interesse nenhum com o alimento não é um direito, é uma mercadoria. E se para você ter mercadoria, você tem que ter dinheiro, e se você não tem, você já está excluído.

Então para dizer que, assim, as políticas de enfrentar a fome, nesses próximos quatro anos, têm que mexer na estrutura. Não pode ficar no artificial. Nós temos quatro anos para poder mudar isso, e isso só vai ser possível mudar, e aí eu parabeno a Fiocruz, se a gente conseguir em processo de organização e diálogo entre o Estado e a sociedade civil. E quem está nos territórios tem que se organizar. Associação, cooperativa, fórum, na igreja, no time de futebol, e discutir esses problemas concretos. E aí eu acho que a gente tem que estabelecer outra relação com o poder público; nós temos que incomodar. Nosso papel é incomodar para poder construir políticas que mexam na raiz do problema. E eu acho que Petrópolis tem condições muito boas de fazer essas políticas, porque é um município que tem uma área rural enorme. Não precisa de vir de longe a comida. Então você começa a criar uma outra relação cultural entre o campo e a cidade, que hoje a gente está separado. A gente conhece mais a prateleira do supermercado do que quem produz. E Petrópolis pode inovar nesse sentido. E aí, se nós não fizermos isso, não levar comida da agricultura familiar para as periferias, os grandes supermercados vão seguir crescendo. Se muda o Governo, em uma canetada a gente volta pelo Mapa da Fome.

Tem uma coisa que é assustador: o Brasil hoje é campeão em exportação de soja e de milho. E nós não comemos soja e milho. Nos últimos quarenta anos, isso é um dado oficial da Conab — a Conab é a Companhia Nacional de Abastecimento, é uma empresa pública que tem como papel fundamental fazer estoques reguladores. O que que é “estoques reguladores”? Ter armazéns que guardam comida. Para em momentos de emergenciais climáticas, ou qualquer tipo de conflito, tem comida guardada para distribuir. Primeira coisa que o Bolsonaro fez: vendeu boa parte dos armazéns da Conab. Que agora a gente espera que se reestruture a Conab. Mas os dados da Conab dizem o seguinte: que nos últimos quarenta anos no Brasil, a curva de produção de feijão, de arroz e de mandioca está caindo. Então o Brasil não produz alimento para alimentar o seu povo, nós estamos importando feijão e arroz. E assim, eu tenho certeza, todo mundo aqui come arroz, feijão e farinha.

Você pega os gráficos dos últimos quatro anos, foi os últimos quatro anos que a gente menos comeu feijão. Por duas razões: uma por conta do preço do feijão, que ficou quase uma iguaria, e pelo preço do gás também. O feijão demora em média aí, depende do feijão, trinta minutos, uma hora para cozinhar. E quem cozinha sabe que, o gás a 100 reais, 110... A luta pela alimentação saudável, pela

agroecologia requer, também, pensar outros setores do país que possam garantir outras coisas. A gente pegou os dados dos petroleiros, que o gás poderia ser distribuído quase de graça. Porque para a Petrobras é algo irrisório. É o subproduto. Então se nós lutarmos pelo direito de uma Petrobras pública, de qualidade, o gás, como em alguns países já existem, é algo de graça para a população. Porque é algo irrisório, é um subproduto. Então, a nossa luta da alimentação saudável, da agroecologia, pelo direito à alimentação perpassa essas questões, que é nós compreendermos que comer é um direito, um dever do Estado, e nós temos que cobrar do Estado.

O MPA tem duas formas de fazer a luta. Uma é essa luta de pressionar o Governo, o Estado para criar essas políticas, que vocês viram que as ideias surgiram aqui durante todo o dia, então é daqui que saem as ideias para poder pensar políticas públicas. Então a gente tem uma frente que eu diria que é de luta permanente para dialogar com o Governo, ora mais com um sorriso, ora de cara mais feia; mas enquanto isso não avança, nós temos um desafio enquanto povo também, que é a gente poder fazer com os nossos braços. Mesmo que demore mais, mas a gente consegue dar uns passos. A gente consegue experimentar na prática. Então nós, ao mesmo tempo que lutamos para que o Estado garanta esse direito à comida, nós temos que começar a fazer nós por nós mesmos. Para ver que nós temos capacidade de construir também outra relação entre o campo e a cidade.

FELIX ROSENBERG: Eu, como Fiocruz, tenho a obrigação de resgatar uma questão que estamos quase esquecendo. antes da Revolução Verde, lá pelos anos setenta, a multinacional do aleitamento materno, impôs no mundo todo os sucedâneos, os leites industriais para que as mães não tivessem que aleitar os filhos. Eu queria lembrar essa questão e resgatar a importância do aleitamento materno também como uma das formas de combater a fome e a segurança nutricional. Não é apenas a indústria dos alimentos com agrotóxicos, com todo o esquema da Revolução Verde, mas ela já foi antecedida pela imposição, às mães que, em lugar de aleitar os filhos (por razões de trabalho, de estética, de não ter abertura nos lugares de trabalho) gastam parte dessa Bolsa Família em comprar alimentos, leite sintético para alimentar os filhos.

LUCIENE: A questão da diabetes, ela é uma questão de saúde pública e tem que ser feita política pública para essa população. E a gente sabe que a alimentação do diabético é algo extremamente caro, eu falo isso porque eu tenho o meu marido que é diabético. E quando meu marido foi diagnosticado com diabetes a gente quase surtou, porque teve que mudar completamente a alimentação dele. A questão de frutas, verduras e legumes, é uma variedade muito grande que você precisa ter e que nem sempre o seu bolso entende daquele jeito ali, entende a sua necessidade. Como que a população, como que a gente pode pensar na população com diabetes nessa questão da agricultura, principalmente a agricultura familiar, de forma que a gente consiga atender esse grupo, que os grandes mercados não vão. Ou você compra arroz integral, ou você compra macarrão integral, ou você parte para o lado do integral, mas como que a gente pode, de forma efetiva, trazer uma alimentação saudável e de forma que caiba no bolso dessa pessoa? Que vai precisar fazer aquele acompanhamento, mas que ela precisa também se alimentar de forma saudável.

ROBERTA: Meu nome é Roberta, eu trabalho bem de frente com o que se chama fome. Eu trabalho com a CUFA [Central Única das Favelas], ultimamente a gente doa quentinha, então a gente vê muito a necessidade dentro da área urbana. Eu vejo muito isso na dificuldade que a população que vai lá procurar o alimento, os locais que eles vivem. Aonde eu moro, na comunidade onde eu moro, o que eu movimentei para tentar, também, conscientizar a população, porque não adianta a gente ficar só cobrando, cobrando, cobrando e ficar de braço cruzado. Não vai resolver, não vai cair do céu.

Então, dentro da minha comunidade, a gente se mobilizou e estamos fazendo reciclagem. Den-

tro daquela reciclagem que está ali, porque o local é muito sujo, a gente convive ali, diariamente passando, é cachorro dentro da lixeira que vai para a criança (porque a criança não vai deixar de botar a mão no cachorro porque está dentro da lixeira), é rato, é barata que passa por ali e acaba que, de um jeito ou de outro, chega na casa da gente. Então eu conscientizei as mulheres de lá a estarem tirando aquele lixo de modo correto. A gente tem agora um grupo com duzentos e cinquenta mulheres, que ajuda a fazer isso, e desse dinheiro (que foi vendido esse material seco) demos o material escolar das crianças. Demos alguma coisa, porque não rende muito, mas conseguimos tirar desse material seco um ganho para elas poderem estar complementando no material escolar das crianças.

E, do lixo orgânico, montamos pequenas composteiras dentro de casa. Tiramos o chorume, tiramos o composto orgânico e estamos construindo hortas comunitárias dentro das comunidades. Que dali dá para elas tirarem algum proveito para complementar a alimentação delas. Com uma verdura, um espinafre, seja lá o que dê para poder plantar em pequenos espaços e elas tirarem aquilo ali para poder estar levando para a mesa. E de uma forma mais saudável.

Então se nós fizermos dessa forma, mesmo morando dentro da cidade, a gente diminui o índice de doenças, porque com uma alimentação saudável, o organismo mais limpo, e assim a gente consegue criar crianças mais saudáveis. Então é o que eu estou buscando fazer dentro da minha comunidade e é o que eu tenho enfrentado em questão de política pública que não chega na periferia rapidamente como a gente precisa. Mas também não dá para a gente ficar de braços cruzados.

Em questão da Cesta Cheia, eu acho legal sim ter a Cesta Cheia, porque às vezes a gente bota o dinheiro do Bolsa Família na mão, vai pensar primeiro em botar o bruto dentro de casa — o arroz, o feijão, a farinha — e esquece que a gente também precisa de um legume, de uma proteína. É muito bacana sim. Mas eu acho também útil fortalecer os pequenos agricultores. Porque, de uma forma, a gente vai estar comendo um alimento mais saudável e vamos estar fortalecendo a economia de dentro da nossa cidade, do bairro, da localidade onde a gente mora.



TALITA BERTI : Olá, boa tarde. Meu nome é Talita, eu sou presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Eu queria fazer uma pergunta, especificamente. Apareceu na fala, após a explanação dos senhores, sobre a questão da valorização dos agricultores, da valorização, principalmente, dos outros distritos do município, e queria trazer também um ponto importante, que é uma consequência de todas essas mudanças que a gente está sofrendo no sistema alimentar, do aumento da oferta de alimentos industrializados, que a gente chama agora de ultraprocessados. Os pequenos comércios dos bairros estão fechando, os que resistem vendem o quê? Vendem ultraprocessados, comida pronta. A gente vê cada vez mais diminuindo a oferta também de alimentos in natura nesses pequenos comércios. E a gente também vê, não sei se vocês já tiveram a curiosidade de perguntar até nessas redes de hortifruti que estão vindo, que estão presentes no nosso município: de onde vem a verdura que eles vendem lá? Muitos deles vêm de outro município. Então isso também é uma reflexão importante para a gente fazer. Mas uma grande dificuldade o COMSEA tem tido para trazer e discutir essa pauta da agricultura urbana, da agroecologia.

THIAGO DA CRUZ ALVES: E é isso, e voltar Cesta Cheia, como vocês trouxeram, outros programas e políticas necessárias. Nessa aproximação, foi trazido muito a fala do agricultor, da valorização do pequeno agricultor. Eu participei da Associação Agroecológica de Teresópolis. E era um agricultor agroecológico, assim, até orgânico certificado... Mas eu morava em lugares que tinha agricultor passando fome. Isso pode ser uma contradição, mas isso é uma coisa que, tem dados sobre isso, inclusive, da FAO [Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura] tipo, mais de 50% dos agricultores do mundo passam fome. Aí você pode pensar, “pô, o agricultor passando fome?” É, e a gente vê isso aqui, no município. Não precisa ir em outros lugares do mundo. Então mais uma contradição do nosso sistema. E esses agricultores estão completamente inseridos nessa lógica de mercado, nesse pacote das sementes e dos venenos, se endividando para plantar uma coisa para vender, para ganhar um trocado para comprar comida numa venda que só vende processados na esquina dele. Então que isso se recai inclusive sobre quem planta. Só para trazer um pouco também essa reflexão, que fortalece, a meu ver, assim, essa necessidade da presença do agricultor.

Inclusive foi uma coisa que a gente questionou, né? Assim, a presença de agricultores num evento como esse, buscando um pouco essa aproximação, né? As organizações urbanas com organizações mais rurais. Tá? Só para trazer esse elemento.

HUMBERTO PALMEIRA: Tem uma frase de um poeta, que domingo fez 175 anos do nascimento dele, José Martí, ele diz que “um povo que não produz sua própria comida é um povo escravo.” Escravo. Que vai depender de um outro povo, de um outro país para poder se alimentar, e, como eu falei anteriormente, quem controla produção e distribuição de alimentos no Brasil, em qualquer parte do mundo, controla a vida social e política e até econômica.

No Brasil a gente corre um sério risco, e nós temos quatro anos para reverter isso, que é criar medidas, e aí tem um amigo nosso, professor Sílvio Porto, que diz que nós temos que regular o crescimento dos supermercados no Brasil. Porque não tem limite para o crescimento das redes atacadistas. E estão crescendo de forma desenfreada. No Rio de Janeiro tem uma experiência já pior, que eu diria, do Brasil. Em alguns municípios da Baixada Fluminense, quem controla a distribuição de alimentos são os grupos que eu chamo de paramilitares, isso é um perigo. Existe uma experiência maldosa na Colômbia, na cidade de Medellín, e quem controla toda a rede de supermercados nessa cidade, são os paramilitares. E o agricultor não consegue acessar esse mercado comunitário. E eu costumo dizer que o modelo de segurança do Rio de Janeiro é muito inspirado no modelo de segurança de Medellín, houve muito intercâmbio entre os estados.

Isso já acontece em Seropédica, por exemplo. Toda a rede de hortifruti em Seropédica quem controla são as milícias, que eu chamo de paramilitares. E isso traz uma série de problemas que não vem ao caso nós discutirmos aqui agora, mas que vem na contramão do direito à alimentação e da soberania alimentar. Então existe esse risco no Rio de Janeiro ainda, dessa outra força oculta aí que está crescendo sobre a distribuição de alimentação.

Então como eu falava que nós temos que frear o crescimento do supermercado, vou dialogar com alguém aqui que falou que está chegando aqui em Petrópolis várias redes de hortifruti que nem trazem alimento aqui de Petrópolis. Provavelmente vêm do Espírito Santo, ou de Minas Gerais, ou de São Paulo. Os municípios podem criar políticas, também, de incentivo ao comércio local. Dar incentivos fiscais para o comércio que compra da cooperativa dos agricultores que forem da Associação. Alguém pela manhã falava assim: “Mas se a gente tem a horta urbana e às vezes a gente vai competir com o mercado local”, a gente pode incentivar o mercado local a comprar da horta urbana, gera uma economia local, o dinheiro circula no município e não sai do município. Então, são uma série de políticas que eu acho que é possível implementar na direção da soberania e segurança alimentar, que é possível fazer. Não precisa, aquilo que eu falava no início, para acabar com a fome tem que mudar o sistema, né? Isso é a médio e longo prazo, mas amanhã, depois de amanhã nós podemos implementar questões nesse sentido.

E dialogando das formigas, nós enquanto movimento também, temos várias tecnologias desenvolvidas pelos agricultores de controle de praga. A Maria Emília falou, trouxe o dado aqui que no último Governo aí foram mais de mil e quinhentos novos agrotóxicos liberados. E isso, com certeza, chegou em todo lugar. Porque para os agrotóxicos sim tem incentivo fiscal. As empresas de agrotóxico no Brasil têm incentivo fiscal para poder produzir e distribuir agrotóxico. Nós conseguimos produzir, temos tecnologias desenvolvidas com os agricultores que a gente faz o controle biológico de pragas. Só que para isso não tem incentivo fiscal, não tem política pública; a gente faz a partir das forças do movimento.

É possível pensar uma política de saúde que debata transição agroecológica, para baixar o uso, reduzir o uso de agrotóxico. Existe, inclusive, estava em construção, o Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxico - Panara. É possível inclusive resolver questões da saúde, nós sabemos que em Petrópolis têm algumas doenças em função do uso de agrotóxicos pelos agricultores. Então, é possível pensar política de redução de uso de agrotóxico, não é uma coisa que a gente vai amanhã acabar com agrotóxico, não é isso, mas pensar política de redução, que inclusive reduza a fila do SUS.

Acho que o grande desafio que nós temos para poder pensar uma política de soberania alimentar é, primeiro, nós enquanto povo trabalhador, e eu falei anteriormente que todos os nossos direitos do Brasil foi fruto da luta e da organização. Existe o SUS porque nós lutamos. Quem foi para a universidade pública aqui, para a escola pública, houve uma luta da educação, que estava sendo destruída, que nós temos que retomar. Então esse é o primeiro dever nosso: não podemos nos desorganizar; e se não estamos organizados, temos que nos organizar de alguma forma. Associação, cooperativa, grupo de mães, torcedores do Flamengo, torcedores do Vasco. Temos que nos organizar de alguma forma, o importante é a organização. Para poder a gente conseguir dialogar com o poder público, ora para poder construir, ora para poder também fazer a crítica para poder também propor coisas novas.

E no âmbito da alimentação e do direito à alimentação, como eu falei anteriormente, Petrópolis tem uma oportunidade incrível porque existe uma área rural em torno da cidade. É possível ninguém passar fome em Petrópolis, porque tem comida no município. Produzindo, e essa comida sai do município, tem muito desperdício nesse processo e a gente pode reduzir os custos de logística e a comida chegar barata nas periferias. E lanço aquela ideia aqui para o secretário de saúde, nós pensarmos aí uma experiência piloto: por que em toda unidade do SUS não ter uma feira da agricultura familiar?



RUBENS BOMTEMPO - Políticas e estratégias da Prefeitura para o combate à fome em Petrópolis.

Prefeito de Petrópolis.

É um prazer poder estar aqui tentando contribuir com essa temática tão importante, me senti muito contemplado pela fala de vocês dois que fizeram aqui o uso da palavra antes. E já serve de inspiração para a gente poder falar um pouquinho dessa questão local. E são questões que para a gente é muito caro, para a gente é muito importante, porque, afinal de contas, fala diretamente com a nossa história, com aquilo que a gente acredita, sobretudo. E a gente percebe que essa questão da alimentação, do direito à alimentação é algo que precisa estar cada vez mais presente no debate da sociedade. E perceber, lógico, que existe aí um abismo social gigantesco.

E a desigualdade, que é o principal mal que ataca e impede o crescimento nacional de uma maneira, digamos assim, avassaladora, promove cada vez mais a fome, a miséria, a exclusão social e a marginalização de grande parte da nossa população. E a gente não é uma ilha. Nós temos aqui uma cidade de porte médio para administrar. Fica perto de uma Região Metropolitana — é até considerada Região Metropolitana, porque tem muitas características. E a gente percebe que a gente convive com essa desigualdade que precisa de todas as formas serem combatidas porque, afinal de contas, ela é causadora de grande parte da fome, da desigualdade promovida na nossa periferia, da discriminação que existe em relação à pobreza de uma maneira geral. E a gente precisa fazer esse debate todos os dias, não tem como a gente fugir disso, mas que bom que a gente está aqui hoje podendo falar um pouco sobre isso.

E a gente já fez algumas tentativas na nossa história, quando eu cheguei vocês estavam falando do Cesta Cheia, Família Feliz, que foi um programa de segurança alimentar tentando promover cada vez mais a garantia desse direito e, sobretudo, fazendo com que a população pudesse experimentar um alimento de melhor qualidade. E foi uma experiência exitosa, vencedora, na nossa opinião. A gente começou de uma forma incipiente na comunidade lá do Vale do Carangola; foi lá que iniciou o programa. Isso em 2001.

De lá a gente começou a trabalhar como um laboratório e começamos a reproduzir aquela experiência, sempre atrelada ao Programa de Saúde da Família, onde quem elegia as famílias eram as agentes comunitárias de saúde, evitando qualquer tipo de uso político, para que a gente pudesse avançar cada vez mais, trabalhando a questão como um direito e uma questão de saúde pública. E a gente foi, fechou o programa, se não me engano, no primeiro mandato nosso com três mil famílias assistidas. Toda semana recebiam dez quilos de alimento, com meia dúzia de ovos e cada um dava a contribuição que podia.

Naquela oportunidade a gente vivia ainda sobre, digamos assim, o guarda-chuva do Governo Federal, que era o Bolsa Escola, não era ainda o Bolsa Família, que dava 12 reais, dava 15 reais para

cada família que tivesse um filho, podendo chegar até três filhos, 45 reais. Então a nossa contribuição era 3 reais por cada família por semana, e a gente completava, aproximadamente, com 6, 7, 8 reais — é lógico que tinha um processo inflacionário que, afinal de contas, fazia parte da nossa realidade. E chegamos, no final de 2008, com sete mil famílias. Praticamente todos os programas, onde que tinha o Programa de Saúde da Família tinha também o Cesta Cheia e também tinha o Programa de Agentes Comunitárias de Saúde.

E isso foi uma experiência que acabou mobilizando também grande parte da agricultura no nosso município, é lógico que tem a questão sazonal, que é difícil às vezes você conseguir contemplar, então a cesta respeitava uma certa sazonalidade. E não tinha, eu confesso para vocês, um debate mais profundo da questão do uso dos agrotóxicos. Pelo menos naquela oportunidade, a gente está falando de vinte anos atrás, isso não era tão presente como é hoje. E foi um instrumento importante, de mobilização de uma cadeia de produção.

E aí depois foi substituído pelo Cartão Imperial, e o Cartão Imperial passou a ser, de fato, uma questão de distribuição de renda. E o poder público jamais tem capacidade de poder fiscalizar o que que as pessoas vão fazer com o recurso que está sendo dado para poder fazer a alimentação, isso daí é uma tremenda ilusão. O poder público é extremamente limitado. E, de alguma forma, o Programa foi desvirtuado — a verdade é: se transformou num programa de renda mínima municipal, acanhado, porque os programas de renda mínima federal foram crescendo no Governo do Lula. É a realidade. O Bolsa Escola passou a ser o Bolsa Família, passou a ter um outro significado.

E aí quando eu cheguei no terceiro mandato, 2013 - 2016, nós enfrentamos uma crise fiscal muito grande aqui (aqui e no estado do Rio de Janeiro, acho que todo mundo aqui sabe disso), que impediu a gente fazer qualquer tipo de movimentação do ponto de vista orçamentário. São as dificuldades que a gente encontra quando a gente se propõe a administrar a coisa pública. Isso é da realidade, e a gente tem que saber enfrentar essas coisas. O Marcus também foi meu secretário de saúde, sabe a dificuldade que a gente tinha lá, não é? E muitos de vocês comunitários, que trabalham também na área de saúde, sabem que foi um momento difícil. Mas a gente fez o que pôde, mantendo o que tinha, tentando melhorar cada vez mais outros mecanismos, também, de combate à fome no nosso município.

E aí chega esse mandato agora, que eu nem esperava mais. Eu confesso a vocês que ficamos aí um ano do lado de fora, aguardando uma decisão da justiça e, assim, com pouca esperança. E acabou acontecendo. E assim que a gente chegou veio a chuva, e aí a gente tem que tentar dar um novo significado ao nosso mandato, as prioridades se invertem; se a gente buscava uma marca de um quarto mandato, ela já se apresenta na nossa cara. É tudo muito difícil.

Mas a gente trabalhou muito essa questão fiscal ano passado. E, graças a Deus e ao trabalho que está sendo feito pela Secretaria de Fazenda, a gente conseguiu equilibrar as contas do município. E, com isso, permite à gente voltar a sonhar, porque sem recurso tu não consegue avançar dentro do processo social, é difícil. E tentando fazer com que a gente tenha um orçamento mais robusto e trabalhar melhor esse orçamento.

Então a nossa expectativa agora para 2023, principalmente nos programas sociais e na retomada, de alguma forma também, dessa questão do combate à desigualdade, a gente tem trabalhado muito alguns eixos que são, para a gente, importantes. Um é o eixo, de alguma forma, do emprego, do trabalho que as pessoas precisam ter. Então você tem que fazer concurso público; a gente tem que ser uma fonte empregadora.

Não tinha concurso público há muito tempo na cidade, então faz os concursos públicos que tem que fazer. A gente não vai parar de fazer concurso público, com isso a gente acaba também gerando emprego.

Segundo é a quantidade de obras públicas que vocês estão vendo por aí. A gente conseguiu equilibrar as contas, então estamos fazendo muita obra. Então a construção civil acaba empregando muita gente, tinha muita gente desempregada. E graças a Deus a gente está conseguindo empregar muita gente imediatamente na construção civil. E é uma maneira de você transformar o dinheiro público em dinheiro privado, em fazer a economia circular. É um fator importante, na nossa percepção, do que aquilo que a gente acha que é importante como eixo de desenvolvimento.

Com relação à agricultura, vocês falaram bastante, o Fundo de Desenvolvimento Agrário de Petrópolis não recebia um centavo sequer há anos e anos e anos. Ontem eu fiz o primeiro repasse para o FUNDAGRO, da ordem de 29 mil reais / mês. Então nós temos aí, numa previsão orçamentária, aproximadamente 350 mil reais para o FUNDAGRO para esse ano. E podendo colocar mais recursos, para poder dialogar de novo com a produção. E é aí que eu acho que é importante a gente ter, digamos, essa assessoria, ter essa proximidade para a gente poder fazer com que esse recurso chegue, de fato, àqueles que produzem e que possam produzir com qualidade.

E poder levantar esse debate, ou outros debates relacionados ao uso de fertilizantes, que a gente precisa — como muito bem-dito por vocês — iniciar esse processo de debate na sociedade e criar, talvez, assim, um incentivo de financiamento para aqueles que pretendem trabalhar cada vez com menos agrotóxico. Então fica aqui também, isso está aqui para ser debatido, acho que vale a pena a gente debater isso daí.

Trabalhar a questão da irrigação do campo, que é um outro gargalo importante, essa questão das sementes, que a gente fica escravo dessas grandes multinacionais. E isso a gente precisa também conversar do ponto de vista de democratização do alimento. É uma outra questão que a gente pode discutir aqui.

Então, em relação a essa questão do FUNDAGRO, ontem eu fiz o primeiro repasse. E esse dinheiro hoje já deve estar na conta lá do FUNDAGRO. Então fica aqui já uma sinalização para a gente poder estar discutindo o que que a gente vai estar fazendo com esses recursos, que agora de fato vão estar existindo. Se vai amanhã dialogar com os centros produtores, Caxambu, Brejal, enfim, todos. A gente saber o que cada um quer, o que cada um precisa, ouvir o produtor, o pessoal do Bonfim, enfim, tem tanta gente aí que está esperando a retomada do FUNDAGRO, e aí é uma ferramenta importante.

A gente falou também do banco de alimentos. Tem uma emenda do Freixo, que nos deixou, a gente vai implantar um banco de alimentos ali na Floriano Peixoto, naquelas lojas que ficam embaixo do prédio que a gente adquiriu (que vai se transformar num abrigo público), e ali a gente vai fazer um banco de alimentos. Para a gente poder estar discutindo como que a gente vai fazer a gestão desse banco de alimentos. Mas é duro você assistir, já falaram aqui dessa disseminação de supermercados aí, então, com certeza, o que tem de comida que está vencendo aí, prestes a estragar, e a gente tem que ter um mecanismo de recolher e, de repente, a gente poder passar isso para quem realmente precisa, isso daí é importante. Então o banco de alimentos é uma realidade. A obra vai começar agora em fevereiro, é algo que não é tão difícil de fazer, e eu acredito que a partir de agosto a obra já esteja pronta. Então a gente tem até agosto para a gente poder conversar. A proposta de gestão, ela parte mais da sociedade civil do que do próprio poder público. Então fica aqui também essa questão.

Eu hoje vim, coincidentemente, do depósito da merenda escolar. Então o ano letivo está começando agora, são aproximadamente 76 mil refeições por dia que são confeccionadas nas escolas e são distribuídas para os nossos alunos. E a gente tem ali uma rede de nutricionistas; aproximadamente em torno de cada vinte escolas têm uma nutricionista referenciada, por cada vinte escolas. Então, de alguma forma, a gente pode caminhar bastante também nessa discussão da alimentação das nossas crianças. Eu acredito que, ano passado a gente foi muito bem na merenda escolar, eu acho que esse ano a gente consegue melhorar ainda mais. Tem essa questão de 30% estar vinculado diretamente à agricultura familiar, que a gente pode ampliar isso, a gente pode qualificar melhor essas compras, mas

com segurança de entrega, enfim, aquelas questões relacionadas à logística, que é fundamental.

Mas a gente está falando de aproximadamente, são duzentos dias úteis que nós temos de aula, a gente está falando, aproximadamente, de quinze milhões de refeições / ano. Então é um dado que eu acho que é relevante, que a gente precisa ter esse número, de alguma forma, presente no debate.

A outra questão é a retomada do Cesta Cheia, Família Feliz, que muita gente aqui falou. Eu penso o seguinte: a gente precisa discutir um pouco melhor essas questões todas, e eu estou pronto para fazer esse debate. Estou pronto. Ninguém tem a fórmula perfeita. O Programa Cesta Cheia, Família Feliz também tinha as suas dificuldades, de entrega semanal lá na ponta, contratação de pessoal, como pesa a cesta, a logística não era tão fácil assim. A fiscalização... E a gente tem pensado em tentar juntar o Cartão Imperial com o Cesta Cheia. Tentar juntar os dois. Mas isso ainda está incipiente no debate. Mas é algo que a gente vai fazer, não tenha dúvida de que a gente vai fazer isso. Mas a gente precisa conversar um pouco mais para aprofundar essa discussão, para a gente poder aproveitar o máximo possível o recurso público e fazer com que ele, de fato, seja bem utilizado.

Essa questão toda relacionada à cidade que queremos, a cidade que nós queremos é aquela que tem menos desigualdade possível. Essa é a cidade que eu acho que todo mundo aqui quer.

Eu ganhei outro dia um livro falando sobre cidades inteligentes. E eu não consegui terminar ainda o livro não, mas já li bastante do livro. E os autores do livro fazem um debate interessante sobre a questão de cidade, digamos assim, projetada para o futuro, essas coisas todas. E esse debate é um debate interessante. Porque todo mundo aqui quer a comunidade, todo mundo quer ter o wi-fi na praça, todo mundo quer ter um aplicativo onde que pode fazer a matrícula, todo mundo quer ter um aplicativo para poder marcar consulta, todo mundo quer ter informações dos seus filhos nas escolas, tudo por aqui. Todo mundo quer ter câmeras, um excesso de segurança danado, achando que todo mundo é ladrão, bandido, é coisa de maluco; mas, por trás disso tudo, sempre tem uma visão neoliberal. Não tenham dúvida disso. São essas grandes multinacionais sempre querendo vender algum produto para poder, de alguma forma, se perpetuar com um modelo que atende somente um pedaço da sociedade. E que muitas das vezes acaba gerando mais desigualdade. Então é importante a gente perceber que cidade que a gente quer. Todo mundo quer uma cidade bem mais cômoda, ali na ponta do teu dedo, tu resolve a tua vida. Mas eu prefiro aquela cidade que fala com a nossa periferia, que se preocupa em diminuir as desigualdades, que tende a cada vez fazer com que o cidadão tenha uma outra oportunidade. Aquele que faz com que as escolas sejam mais comunitárias, que promovam cada vez mais a educação de jovens e adultos, programas de alfabetização de adultos. Onde que a gente possa garantir os direitos básicos de cada cidadão, da alimentação, da saúde pública, de uma forma mais igualitária.

Onde que todo mundo possa se sentir um pouco mais petropolitano, e para isso a gente lançou agora o Programa Nosso Bairro, lá no Alto Independência, que é uma experiência, um reaprendizado nosso das relações de representatividade, que o poder público precisa cada vez mais exercer, e promoção de intersetorialidade do Governo, porque a gente chegou à conclusão que Governo só consegue fazer transversalidade, é no território. Se não for no território, vai ficar só no discurso. Então quando a gente chegou no Alto Independência com todo o Governo, o Governo teve que se falar. E aí, de alguma forma, a sociedade local, a sociedade civil organizada, ela se reorganizou, por mais desorganizada que ela estivesse, porque ela começou a se sentir novamente representada e parte do poder. E, sobretudo, você gera ali o empoderamento do território onde que as pessoas percebem a sua importância do ponto de vista decisório.

Então são essas minhas palavras que eu queria passar para vocês, que é tudo muito dinâmico, a experiência que a gente tem é só um pedaço das experiências que todos vocês também têm, e que só através de um diálogo mais profundo que a gente vai estar aprendendo um pouco mais um com o outro.

ROBERTA: Eu trabalho com a CUFA, e desde bem antes da chuva a gente tem visto que os CRAS não dão mais conta. Então é um apelo, para a gente trabalhar unidos. Porque também não adianta a gente querer enfrentar a dificuldade que a gente vê dentro das comunidades se a gente não tiver o apoio do Governo e formar essa parceria. Porque só a cesta básica não vai adiantar. A gente dá a cesta básica, vocês dão a cesta básica, a gente dá a comida, mas falta o complemento, que é exatamente isso que a gente tem tentado buscar.

DARLENE: Sou do COMSEA. Parabenizar e agradecer a presença aqui do prefeito e dos dois secretários. É muito difícil a gente ver, num debate desse no município, os governantes presentes, que são as pessoas que a gente precisa falar para ouvir.

E a gente sabe que a fome, ela tem endereço e tem cor, raça. A gente sabe que na maioria das vezes ela está dentro das casas chefiadas por mulheres e pessoas negras. E eu queria saber as políticas públicas existentes hoje pensadas dentro do município de Petrópolis para essa população.

TALITA BERTI: Eu gostaria de levantar uma questão e de parabenizá-los também por essas iniciativas previstas, do Cesta Cheia, do retorno do Cesta Cheia, nós do COMSEA já fizemos algumas discussões sobre prós e contras desse Programa e gostaríamos muito de estar junto nesse diálogo, para avaliar e convidar também a sociedade para estar conosco, porque ouvir o que deu certo e o que não deu vai ser muito importante para essa construção. Estamos também juntos, o secretário Fernando Araújo está permanentemente conosco dialogando sobre o projeto do banco de alimentos. Se tiverem mais novidades, estamos ansiosos por atualizações.

Gostaria de enfatizar da importância do Programa Nacional de Alimentação Escolar, que no último ano também sofreu ataques e ameaças e que a gente precisa fortalecer, é um dos mais antigos programas governamentais voltados para a segurança alimentar e nutricional no Brasil, desde 1955.

Mas, como COMSEA, nós gostaríamos de ressaltar a importância de se pensar ações interseccionais, dialogando com todas as secretarias; todos aqui presentes já viram sobre a importância de se discutir, de se pensar ações conjuntas para resolver a questão da fome.

RUBENS BOMTEMPO: Com relação à questão do COMSEA, eu acho que a primeira preocupação que eu tive, e estou tendo diariamente, é na revalorização novamente dos conselhos. Eu acho que você deve ter percebido, eu ainda não consegui implantar do jeito que eu colocaria, assim, dentro da minha visão, Tiago Ezequiel está aqui, sabe da minha cobrança permanente para que a gente possa novamente garantir o diálogo entre a democracia representativa e a democracia participativa. Que a gente acredita demais que ela faz com que a sociedade avance. E a democracia participativa é a garantia de que aquilo que ficou pactuado nas urnas tem que acontecer. Então eu acho que a valorização de todos os conselhos, inclusive o COMSEA, precisa estar acontecendo todos os dias para que a gente possa estar avançando cada vez mais do ponto de vista da construção de políticas públicas no combate às desigualdades, porque, afinal de contas, a gente está falando de segurança alimentar, a gente está falando do principal efeito causado pelas desigualdades.

Então eu acredito demais no fortalecimento da participação popular, agradeço demais a contribuição que vocês estão dando por dentro de todos os conselhos, agradeço aqui todo mundo que dispõe do seu tempo, da sua crença, da sua vontade de fazer mais pela sociedade através da participação popular. Então isso, para a gente, é como se fosse a base para o nosso diálogo.

Com relação a quais são as políticas públicas que você constrói, elas precisam se falar, a gente precisa promover a transversalidade. O grande problema é você conseguir sustentabilidade: construir políticas públicas que possam estar acontecendo no curto, no médio e no longo prazo, independente

de gestão política, independente, inclusive, do ideário que cada um carrega. A gente se esquece que a participação popular é a única garantia que a gente tem da continuidade das políticas públicas. Não tem outra. Não adianta tu chegar e fazer por lei. Ah, eu botei aqui, por exemplo, por lei todos os conselhos são deliberativos. Mas se eles não existirem, não funcionarem, eles não vão estar deliberando nada. É que nem a gente fala em relação à criança. Criança tem que estar onde? Dentro da sala de aula. Criança que está fora da sala de aula não tem chance nenhuma de aprender. Dentro da sala de aula ela tem chance. Então para a gente é sagrado a criança estar presente duzentos dias no ano e oitocentas horas no ano, que ela tem direito.

E tu colocou uma questão que é fundamental, que é a questão da cesta básica. Tinha mais ou menos umas trezentas, quatrocentas cestas básicas por mês que eram distribuídas. Um número que não vai fazer nada. Então a gente passou para mil cestas básicas todo mês. Mas tem que limitar, porque também não vai resolver nada a partir de um determinado número, a gente tem que ter essa consciência também. Que é algo que você tem que atender, mas momentaneamente. Num determinado momento em que a pessoa está passando por muita dificuldade. Onde não tem nenhuma renda. Aquelas pessoas que estão numa dificuldade muito grande, essas pessoas realmente precisam ter a garantia do seu alimento.

SECRETÁRIO DE SAÚDE MARCUS CURVELO: Na verdade o prefeito já colocou a maioria das coisas que eu gostaria de colocar. É uma fala muito rápida. Que é uma reflexão que eu quero trazer para a área da saúde, que a gente já trabalha enquanto linha de cuidado, que é a questão do pré-natal. Quando a gente fala em segurança alimentar, em garantir alimentação nas escolas, na verdade esse passo tem que começar a ser dado no pré-natal, garantindo a alimentação da mulher grávida. Porque é ali que aquele cérebro, do ponto de vista anatômico, está se tornando saudável. E a nutrição nesse período é fundamental para que a gente amanhã possa ter um cérebro desenvolvido, para que ele possa estar, do ponto de vista cognitivo e afetivo, recebendo o melhor que as escolas possam estar oferecendo.

E isso, na verdade, eu aprendi numa cidade, numa experiência de uma cidade que tinha o pior IDH [Índice de Desenvolvimento Humano] do Nordeste, chamada Macaíba, e que inspirou um programa nacional chamado Rede Cegonha, que agora está sendo retomado — e foi destruído nos últimos quatro anos. Então em Macaíba, na escola fundada pelo professor Miguel Nicolelis, neurocientista, fez esse trabalho, essa experiência há vinte anos atrás e inspirou o Programa Rede Cegonha.

ANA: Meu nome é Ana. Eu sou agente comunitária de saúde. Aproveitando a deixa do nosso secretário: para fortalecer quanto à amamentação exclusiva, que é muito importante. Inclusive, assim, sou conselheira de saúde, já levei para o Conselho; já conversei com nosso secretário, já conversei com a nossa superintendente para fortalecer nas creches, nas fábricas que temos em Petrópolis, que muitas mães deixam de amamentar antes, porque não têm exclusivo os seis meses. Apesar de ter a Lei, tem o Programa em Petrópolis, já tem uma enfermeira fazendo esse trabalho.

Então assim, é importante que as firmas também tenham essa conscientização de deixar as mães amamentarem seus filhos. Aqui em Petrópolis eu só conheço uma, que é a Braziline; mas aí, assim, a mãe sai, dá o leite ao filho e volta para trabalhar. Então seria muito importante o pré-natal, crianças saudáveis, lógico que é importante, mas que as firmas dêem o direito de a mãe amamentar até os seis meses. Quem é CLT não tem direito a seis meses. Acho que é quatro meses. Que possa tirar o leite materno, deixa lá armazenado na geladeira para que possam as crianças serem alimentadas.

LÍLIA GOMES: Petrópolis, desde 2020, tem uma Lei Municipal de Agricultura Urbana [Lei 8.049], e essa está precisando ser regulamentada. Então, como proposta, de repente esse ano juntarmos forças para regulamentar essa Lei, aproveitando o movimento popular, os conselhos. Me disseram que a lei

está no gabinete. A gente pode levantar isso, mas a ideia para essa regulamentação, porque ela precisa ser regulamentada, é fazer uma grande discussão, como a gente está fazendo aqui.

RUBENS BOMTEMPO: Eu queria primeiro falar com a Ana que realmente os nossos desafios em relação a essa questão do aleitamento materno passam muito realmente por essa questão de promoção, cada vez mais, de tomada de consciência, e isso é um papel que não cabe só ao poder público. Eu acho que isso acaba sendo transversal, a gente precisa cada vez se comunicar melhor com a população. E hoje em dia a gente tem uma dificuldade de se comunicar muito grande. Então esse é um problema.

Mas nós inauguramos agora o Banco de Aleitamento Materno lá do Hospital Alcides Carneiro. É um instrumento que pertence ao povo, não pode mais ter retrocesso. A gente já tinha feito um banco de leite humano que infelizmente fecharam. Era em parceria até com a Unimed, porque, afinal de contas, a gente tinha que ter um quantitativo maior, e abastecia, enfim, as duas unidades de neonatal e muito mais.

Então, Ana, fica aqui esse convite para você depois sentar com nosso secretário de saúde, vai lá, vê de perto, dá ideias, leva esse debate para o Conselho da Criança. Para a gente poder, de alguma forma, promover uma grande discussão de novo.

Vocês lembram que a gente fez até aquele mamaço na Praça da Liberdade? Foi um sucesso, tem que fazer mais.

É isso que a gente precisa fazer. É importante também saber se essa Lei de agricultura familiar passou pelo COMPAF [Conselho Municipal de Política Agrícola e Fundiária].



TALITA BERTI - Políticas públicas como instrumentos para enfrentamento da fome.

Nutricionista, professora na UNIFASE [Centro Universitário Arthur Sá Earp Neto], presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA

Eu gostaria de trazer alguns pontos para provocar a reflexão. O primeiro deles seria, quando a gente fala de políticas públicas a gente está buscando atender um direito humano, o que está na nossa Constituição. E esse é um primeiro ponto que eu gostaria de trazer para a reflexão. Segundo: como que são construídas essas políticas e como é feito esse monitoramento?

Hoje a gente está discutindo muito sobre a fome, mas não é somente a fome, é a insegurança alimentar como um todo. Tanto desde a preocupação em faltar o alimento, uma preocupação de estar disponibilizando uma alimentação de qualidade para a sua família. Como exemplo de políticas públicas, gostaria de enfatizar e exemplificar a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Alinhadamente, nós temos a construção da política de segurança alimentar e nutricional que foi muito similar à política de saúde no Brasil. Inclusive nós temos uma lei orgânica de segurança alimentar e nutricional, assim como nós temos a do SUS, com princípios que são muito parecidos.

E a gente precisa de instrumentos para conseguir colocar em prática o que está na Política. E aí um exemplo, no caso, para colocar em prática o que está na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (que ressalto que ela é muito recente, foi construída em 2010). Nós temos a construção de um plano nas três esferas de governo: federal, estadual e municipal — de dois em dois anos, no caso aqui no nível municipal. Então esse plano é um instrumento para a gente colocar em prática as políticas públicas.

Então quando a gente fala dessa participação democrática, coletiva, o que a gente está buscando aqui, isso na verdade já existe: uma lei que trata da importância dessa intersectorialidade. Nós temos um sistema chamado Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional, que é composto por um Conselho, que é a forma da sociedade participar das discussões dessas políticas públicas; nós temos uma Câmara Intersectorial que é composta por representantes do Governo; nós temos as Conferências que acontecem periodicamente — não tivemos nos últimos quatro anos no nível nacional porque, infelizmente, o CONSEA não funcionou porque foi extinto. O órgão que deveria estar servindo de assessoramento para o nosso ex-presidente da República foi extinto. Então nada funcionou como deveria funcionar.

E aí nós temos esse sistema em Petrópolis. O SISAN de Petrópolis foi criado através da Lei 6.853, em 2011, então logo depois da criação da Lei no nível nacional. Foram bem ágeis aqui no município. Têm municípios, por exemplo, do estado do Rio que não têm conselho. Então, de certa forma, conseguimos ser ágeis em termos de legislação para a criação desse Sistema no nosso município. Assim como no nível nacional, nós temos, de acordo com essa mesma Lei que eu citei, que integram esse sistema a Conferência Municipal, o Conselho, a Câmara e o Plano Municipal.

O COMSEA, ele é formado por doze representantes da sociedade civil, e isso é uma particularidade importante do Conselho de Segurança Alimentar, que outros conselhos não têm: a maior parte dos seus integrantes são representantes da sociedade civil. Inclusive já faço propaganda que esse ano teremos eleições, então acredito que muitos aqui possam contribuir bastante e se candidatarem a representante da sociedade civil no Conselho. E temos seis representantes do poder público, atualmente dessas cinco secretarias que estão ali descritas — Educação, Saúde, Meio Ambiente, Assistência Social, Desenvolvimento econômico e da Câmara dos Vereadores.

Qual é o objetivo principal do Conselho? É dar assessoria à Prefeitura sobre o que está descrito na Lei e no Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Monitorar, discutir, criar novas ações e colocar, avaliar se o que está lá está sendo colocado em prática.

Nosso Plano está atrasado, não foi atualizado. Então o último Plano (lembrando que o Plano é um daqueles componentes do Sistema Municipal, Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional) abrange o período de 2017 a 2020. E ele teve três objetivos principais, que conversam muito com o que a gente está discutindo aqui, que era identificar as famílias em situação de insegurança alimentar visando desenvolver ações para essa população; o objetivo dois, fortalecer e articular programas e ações que tenham como objetivo assegurar o direito humano à alimentação; e, o objetivo três, divulgar o direito humano à alimentação adequada através dos programas, equipamentos e todos os projetos de segurança alimentar e nutricional.

Ressalto aqui que nesse plano já, de 2017 a 2020, incluía como um equipamento público municipal as cozinhas comunitárias e os restaurantes populares. Gravem isso, porque depois eu vou retomar o quanto que as cozinhas comunitárias estão aparecendo como uma demanda aí da sociedade para serem implementadas.

Outro item, outro componente daquele Sistema é a CAISAN [Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional]. A CAISAN é formada por representantes do poder público. Recomenda-se que esses representantes sejam os mesmos representantes do poder público que fazem parte do COMSEA. A CAISAN atualmente, em Petrópolis, não está funcionando. Apesar que teve a mudança de Governo, tiveram todos esses problemas que nós vivenciamos devido aos desastres ambientais, a

gente entende, mas a gente precisa acelerar e cobrar que essa Câmara funcione de fato. Por quê é a Câmara, primeiro, que fornece, subsidia o COMSEA com dados sobre o que está sendo feito, quais são os planos do governo.

Então nós estamos com esse Plano desatualizado, e a CAISAN precisa estar instituída para fazer uma nova versão desse Plano de Segurança Alimentar e Nutricional, atualizado, e levando em consideração as proposições da Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

Recomenda-se que sejam os mesmos representantes do poder público no COMSEA, também sejam da CAISAN para facilitar esse diálogo, porque senão aí um tem uma informação, o outro não tem. E um detalhe importante, que recomenda-se que o secretário de assistência social e cidadania seja o presidente dessa Câmara. Falta uma indicação, duas indicações, na verdade, para finalizar esse processo de indicação. Mas ainda tem todo um processo de construção de como essa Câmara vai funcionar, para iniciar os trabalhos — e o COMSEA está incentivando para que caminhe.

Acho que uma demanda importante do COMSEA é essa dificuldade do diálogo intersetorial, que eu acredito que outros conselhos também vivenciem, mas que está muito claro hoje a dimensão quando a gente fala de segurança alimentar e nutricional que envolve a agricultura, a saúde, a educação, envolve renda, e se a gente não tem um diálogo dentro do poder público funcionando, isso vai por água abaixo. Então a gente precisa de criar essa Câmara, de fortalecer essa Câmara, e essa Câmara trabalhar junto com o Conselho para, de fato, o SISAN existir no município e a gente conseguir avançar.

A questão do orçamento é sempre um empecilho para a gente conseguir colocar as ações em prática. Ressalto aqui, novamente, a importância do diálogo intersetorial e dessa Câmara para construção desse Plano Plurianual. Esse plano tem todas as ações, as metas e quanto vai ser gasto em cada ação no município. Se a gente quer, a longo prazo, desenvolver ações na agroecologia, se não constar aqui, dificilmente a gente vai conseguir avançar e tirar essa ideia do papel.

Então ressalto que o papel da CAISAN é apresentar esse Plano, mas dialogar junto com o COMSEA. Esse Plano é construído pela CAISAN, que é formada pelos representantes do poder público, mas deve ser aprovado pelo Conselho.

Então ressalto aqui a importância de construirmos e dialogarmos coletivamente já que o Plano Plurianual é distribuído na Lei de Diretrizes Orçamentárias para cada um desses quatro anos de vigência. Então, mais uma vez, ressaltando a importância de participarmos das audiências públicas para a aprovação desse Plano. Só que se vocês pegarem a ata das últimas audiências públicas, cinco pessoas participaram. É quanto o município vai gastar com recursos para todas as ações, todas as políticas públicas, e cinco pessoas participam! Assim, fico até arrepiada de falar isso.

Aqui são algumas reflexões, é o conceito que está na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional do que se trata a segurança alimentar e nutricional. Acho importante enfatizar que não podemos comprometer outros direitos básicos para garantir o direito humano à alimentação. Nós ouvimos a fala da representante da Posse sobre a questão da mobilidade urbana, da dificuldade de gastar três passagens para conseguir ter um direito garantido, que é participar de um conselho e ter acesso à saúde. É incabível.

E aí certamente vocês já escutaram esses dados alarmantes: nós temos no Brasil 125 milhões de pessoas em insegurança alimentar, que não é exatamente a fome, a fome, o dado que mostra, nós temos 33 milhões, que também é o outro absurdo. Mas 125 milhões têm desde uma preocupação em faltar alimento dentro do seu domicílio até, de fato, essa ausência.

E aí esse é o dado que eu trouxe, que nos chama muito a atenção: nós sabemos da questão dos desastres ambientais, das inúmeras famílias que foram impactadas durante a pandemia, financeiramente, mas esse dado não pode ser deixado de lado. Essas famílias precisam ter os seus direitos garantidos e não somente a transferência direta de renda, que provavelmente é o que elas estão recebendo, é o que o dado mostra. Temos 63 mil pessoas, beneficiários do Auxílio Brasil. E ressalto que de agosto

de 2022 para janeiro de 2023 foi um incremento de 6 mil beneficiários. Então atualmente 20% da população metropolitana vive em situação de pobreza ou de extrema pobreza. E aí a gente precisa refletir sobre todas as dimensões que envolvem a segurança alimentar e nutricional, nós precisamos pensar não só na ação emergencial de garantir o acesso ao alimento, o que provavelmente até com o benefício essa família está passando dificuldade, porque todos sabemos o quanto que aumentou o custo de vida, independente da renda das famílias, isso é perceptível. Enfim, precisamos então pensar em ações emergenciais e dialogando com a comunidade. Essa questão do Cesta Cheia, até o momento que a gente acompanhou, não está nem incluído no plano orçamentário. Então é um plano lá para frente. Mas a gente precisa pensar como é que a gente vai dar suporte para essas 63 mil pessoas.

Vou ressaltar aqui algumas proposições da Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, que nós realizamos em 2021. Foi, infelizmente, uma conferência remota devido à pandemia, mas ainda assim nós tivemos 72 participantes. Nós tivemos três eixos, discutimos sobre as violações do direito humano à alimentação; tivemos um eixo sobre agroecologia e um eixo sobre renda básica e cozinhas comunitárias. Temos alguns participantes ali representando o Conselho e alguns participantes da Fiocruz que também estiveram conosco nessa Conferência.

E eu queria ressaltar que nos últimos anos, diante da pandemia, diante das tragédias, inúmeras iniciativas foram iniciadas no nosso município. Um exemplo foram as cozinhas solidárias. Temos aí um incentivo do terceiro setor também, mas não poderíamos deixar de ressaltar e de apoiar essas iniciativas. Porém as cozinhas comunitárias, elas são uma política pública; algumas cozinhas solidárias até têm ações de promoção de ações educativas, outras ações incorporando outras temáticas que não somente a distribuição de alimentos. Só que as cozinhas comunitárias, como um equipamento público e inseridas como uma ação do poder público municipal, elas têm muito mais a oferecer, porque a gente consegue incluir todas as dimensões e trabalhar dentro dessa cozinha comunitária que a segurança alimentar e nutricional necessita. A dimensão estrutural, formando pessoas para trabalhar nessa cozinha, dando curso de capacitação; tem a dimensão emergencial, que é de oferecer o alimento para a população que necessita, em situação de vulnerabilidade; e tem também inúmeras outras possibilidades.

Trouxe o exemplo da Cozinha Comunitária Quilombola de Marudá; eles trabalham de forma integrada com inúmeras outras políticas; com a Secretaria de Assistência Social fazem busca ativa, trabalham a temática da responsabilidade socioambiental, trabalham com inúmeras atividades com parcerias de universidades.

Então a cozinha comunitária é um espaço, é um equipamento público que a gente espera que seja fortalecido aí agora com o Governo Federal atualizado e com esse fortalecimento do SISAN no nível nacional novamente. Mas que é uma vontade do povo petropolitano que está sendo ressaltada aí e que eu acho que precisa ser considerada de ser implementada. Acho muito importante o Conselho participar da efetivação de uma política pública como essa para depois não criar um vínculo com um determinado Governo específico, e que às vezes acaba sofrendo consequências quando ocorre a mudança. Então todas as políticas públicas que envolvem, de fato, a participação da sociedade civil têm muito mais chance de ter uma vida mais prolongada e de ter mais sucesso.

Ressalto novamente, muito se conseguiu evoluir, muito, na questão da segurança, nas políticas de segurança alimentar e nutricional nos últimos, nos últimos anos. Antes desse último Governo, que foi uma catástrofe, a gente tem inúmeros exemplos. Conversar com as pessoas que, por exemplo, vivenciaram a implementação do Cesta Cheia, a experiência dos outros conselhos estaduais, também é muito importante esse diálogo. Nós temos um SISAN estadual bastante ativo, que agora mesmo estão fazendo um mapeamento das cozinhas comunitárias que existem no estado. Não temos nenhuma em Petrópolis funcionando, vinculada ao poder público atualmente, infelizmente.

Nós temos o Programa Nacional de Alimentação Escolar, muito importante; nós temos o Programa de Alimentação do Trabalhador, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Fami-

liar, nós temos uma Política Nacional de Alimentação e Nutrição que dialoga muito também com a segurança alimentar e nutricional. Então são inúmeras políticas públicas que já existem e que a gente precisa resgatar, conhecer para fortalecê-las e, de fato, usar dos instrumentos para colocá-las em prática.

Então é só uma frase aqui para terminar minha fala, que foi a frase que eu também utilizei para concluir a nossa Conferência. “Estaremos juntos para enfrentar as desigualdades, a insegurança alimentar e a fome e promover a soberania alimentar com a força das nossas lutas.” Eu entrei no COM-SEA muito sensibilizada após a minha primeira participação, que me gerou uma inquietude pelo fato de que muitas coisas poderiam estar sendo feitas e não estavam. Eu espero ter colocado essa reflexão dentro de cada um de vocês, para que a gente possa construir e seguir juntos para avançar aí e melhorar a condição de vida da nossa, dos metropolitanos.

FELIX ROSENBERG: Tem algumas propostas de alternativas de ações para enfrentar o problema da fome

que incluem a integração campo – cidade como foi citado como exemplo entre os agricultores do Brejal e as comunidades da Posse. Esses modelos podem ser repetidos em outros sítios do município.

Também se falou de como a agricultura familiar de índole agroecológica e a agricultura urbana poderia abastecer as feiras comunitárias, o comércio local e as cozinhas solidárias.

Também falamos e discutimos extensamente os programas públicos para combater a fome em Petrópolis.

Tem um tema que estava previsto para discutir nos grupos e que não foi tocado. Ele se refere às cooperativas de serviço e outras formas de geração de renda que aliviem a situação das famílias com dificuldade de acesso aos alimentos. E um tema que foi colocado por uma experiência que teve a comunidade do Amazonas, que nós achamos extremamente interessante. Está aqui o secretário, que pode passar para as políticas da Prefeitura. A ideia é que é a comunidade se organizando em cooperativas possa prestar serviços urbanos que normalmente a Prefeitura terceiriza. Então em lugar de contratar uma empresa de limpeza, uma empresa de serviços de conserto de ruas, ou uma empresa de poda, qualquer tipo de serviço urbano, em lugar de terceirizar isso a uma empresa, tentar contratar grupos de cidadãos, comunitários que se organizam em cooperativas para prestar o serviço. O que seria uma tecnologia social em alternativa ao mercado. Mas que lamentavelmente não deu tempo de aprofundar.

Para finalizar, o companheiro Bruno vai conduzir uns debates com as propostas do grupo para encaminhar às autoridades locais e para orientar futuras ações das próprias comunidades.



4 - PROPOSTAS E ENCAMINHAMENTOS



BRUNO DOS SANTOS: Então, conforme já foi adiantado, o primeiro tema colocado aqui são as formas de integração campo-cidade, que foi debatido aqui. Feiras, comércio local e cozinhas comunitárias. Alguém aqui teria, alguns de vocês, teria alguma proposta, algum encaminhamento?

CLAUDIA RENATA RAMOS: Eu acho que essa proposta da feira ao lado do PSF em cada bairro de preferência com produtos dos agricultores locais. Por exemplo: na Posse não tem feira, só no terminal. Por exemplo: Itaipava, Benfica, Estrada do Gentil, só tem a feirinha dentro do Terminal de Itaipava, quer dizer, que é muito caro.

NORMA PONTES: Eu gostaria de reforçar essa questão do Programa Cesta Cheia, Família Feliz. Eu queria até dar um depoimento aqui para a gente reforçar essa questão: eu fui dentista da comunidade Vila Saúde, nos anos 2000, e vivenciei muito no território a implantação desse Programa. E, como dentista da unidade, eu recebi alunos do Centro Universitário da FASE (que tem alunos de medicina, de várias áreas da saúde), através de um programa de educação pelo trabalho chamado PET-Saúde [Programa de Educação pelo Trabalho para Saúde], que era formulado a partir de uma parceria entre o Ministério da Saúde e da Educação. Os alunos, nessa filosofia da extensão, se inseriam no território para pensar em soluções a partir de problemáticas que eram analisadas. Aí fizemos uma pesquisa e aplicamos um questionário para medir a insegurança alimentar, que na época estava sendo muito empregado para ver o impacto do Bolsa Família. E aí os resultados da pesquisa, comparado com o resultado nacional e de outras localidades, mostrou que a gente teve resultados muito melhores. Nas conclusões da pesquisa, se chegou à conclusão que um dos elementos que estavam na causalidade disso era justamente o Programa Cesta Cheia, Família Feliz.

Então para vocês verem a importância da gente também estar aplicando essas medidas, mas estar pensando nos mecanismos de sustentabilidade e de avaliação. Porque a gente fala dos conselhos, mas hoje em dia, também, a gente tem que pensar numa outra cultura de participação, que é que a participação se dê de todas as formas. Por exemplo, esse fórum aqui, para mim, é um momento de participação muito fértil. E diversas outras formas, a gente precisa, por exemplo, esse Petrópolis nos bairros, que as comunidades se organizem, vejam esse cronograma, se organizem antes para pensar nas demandas. Os conselhos são importantíssimos, porque legitimam a participação, mas a gente precisa pensar também numa nova cultura de participação. E aí eu acho importante que a gente reforce esse encaminhamento de fortalecer o “Cesta Cheia”. E que é importante que isso se viabilize logo, até porque a fome tem pressa. Então esse, é o encaminhamento que eu faria.

DARLENE: Bom, por ser uma temática de extrema importância, eu encaminharia para a realização de outro evento como esse, de uma discussão ampla sobre geração de renda para o município de Petrópolis. Eu acho que o Fórum poderia puxar novamente, eu acho que seria muito bem-vindo. Eu colocaria os programas públicos para combate à fome em Petrópolis, convidando todo mundo mais uma vez nesse amplo debate, com compromisso firme em participar da nossa Conferência Municipal, onde a gente poderia colocar realmente que é o momento para a gente levar essas propostas, assinadas por toda a população e com o aval da Prefeitura e de todos.

MARIANA: Vocês me desculpem, eu não sei se vai caber o que eu vou falar aqui, mas é dentro de um todo o que eu ouvi, persiste aqui em Petrópolis uma coisa que — inclusive o prefeito usou a palavra comunicação, ela não acontece só aqui no nosso celular, ela sempre acontece através da sensibilização. Mas Petrópolis tem um problema que, já desde 1997 (hoje eu estou com setenta anos) que eu já vejo. Que eu até dividi, na época, a cidade em nove regiões. Porque tudo que acontece no que nós chamamos aqui o Centro, para mim ela acontece em outros oito polos. Então o que se sensibiliza aqui, esses oito outros polos deveriam ser sensibilizados da mesma maneira. E a arte, mais que nunca, ela é a melhor forma de sensibilizar, como nós vimos o que aconteceu aqui. E se poderia, pelo que a gente vê de tantos talentos aqui na cidade, de tantas as formas, que poderia se fazer algo para que a gente chegasse nesses temas todos que foram discutidos e em tudo que vocês estão visualizando e que vai vir aqui pela frente, para a gente chegar nessa mesma, única, comunicação mais ágil. Porque eu sei que a tevê não vai chegar, o celular não vai chegar. Porque a gente vê que temos um público jovem, que tem uma linguagem jovem, que a gente precisa chegar até ele, e tem o idoso, que também é uma outra linguagem, mas é uma pessoa com muita potência, que nós também precisamos chegar numa linguagem acessível a ela.

Lílian Regina: Foi uma ideia de todos a questão da descentralização das reuniões dos conselhos. Que eles realmente sejam repensados para que sejam feitos do Segundo e Terceiro Distrito para baixo. Que aí nós vamos discutir a questão da fome, da segurança, mobilidade urbana, da saúde...

PESSOA NA AUDIÊNCIA: Essa comunicação dos projetos que têm dentro da cidade de Petrópolis, eles têm que ser melhor divulgados. Porque muitas das coisas que existem, tudo o que eu ouvi hoje que tem dentro de Petrópolis, projetos que estão acontecendo que eu não tinha conhecimento, e eu estou na internet todo dia. Nessa era digital a gente falar de falta de comunicação é até absurda. A comunicação tem que chegar para todas as pessoas. Comunicar “tem o projeto tal, em tal lugar”.

Cursos, também trazer de Itaipava para cá. Porque tudo no Centro da cidade fica muito difícil o acesso. Pelo deslocamento, pela questão financeira, por várias questões. Eu vi vários cursos que vão ter, vão ser realizados em vários locais da cidade, e que eu tenho um filho de doze anos e eu tenho a minha filha que está aqui, de 18, e que eles gostariam de fazer, mas aí é tudo no Centro da cidade.

E ainda tem o agravante do alagamento à tarde, que a gente fica com medo de colocar os filhos da gente na condução com tudo isso. Fico pensando muito também no alagamento, eu tirei a minha filha de um curso no Centro, vai fazer em Itaipava, por conta do medo da chuva e dos alagamentos.

PESSOA NA AUDIÊNCIA: O evento foi muito importante, acho que para todos, assim, de fomentar um estímulo e uma esperança. Porque é um momento que a gente está vivendo, um momento de esperança que eu acho que tem começado, e esse evento, acontecendo nesse momento, ele é muito oportuno.

Então assim, trazendo a ideia das feiras, acho importante sim. E trago aqui um exemplo do município de Miguel Pereira, porque existe uma política pública no município que até os servidores do município recebem um valor simbólico que eles têm que usar para consumir na feira agroecológica que acontece aos sábados na cidade. E o que que aconteceu em relação a essa feira agroecológica? Ela

começou pequena e hoje ela um grande evento. Fazem shows, enfim, ela é um movimento cultural da cidade, que começou dessa forma. Eu penso que não só servidores, mas como tem essa finalidade da Cesta Cheia, se investir nisso, ter a liberdade de escolha das pessoas numa feira, porque o que eu lembro da implantação Cesta Cheia em Petrópolis é que vinham determinados alimentos que não eram culturais daquela comunidade, e elas não conseguiam ter acesso. E aquilo que era dado também ali, ela não escolhia. No momento que ele pode ir à feira, ele pode escolher o que consumir, isso faz uma diferença.

FELIX ROSENBERG: É fundamental que vocês sejam divulgadores desta iniciativa e promotores do câmbio. Algumas das questões que vocês propõem a gente está tentando fazer; é fundamental ter apoio de vocês. Por exemplo, na área da comunicação, nós começamos um projeto que é o Fala Tu, um projeto de desenvolvimento de áreas de comunicação local através de rádios comunitárias, imprensa comunitária e mil outros sistemas. Então esse projeto chama Fala Tu e será fortalecido.

Da mesma maneira, nós vamos formalizar novamente, com todo o poder, vigor, o Teatro do Oprimido de Petrópolis. Nós vamos ter um núcleo, sediado no Fórum Itaboraí, que será conduzido pela Thaís, que aqui vocês conheceram, e terá como base o grupo de fantásticos intérpretes que aqui tivemos para tentarmos criar, divulgar os núcleos de Teatro do Oprimido em todo o município. Assim como nós temos a Orquestra de Câmara, que acho que muitos de vocês conhecem.

De maneira que todas estas propostas nós tentaremos, junto com o poder público, ir desenvolvendo. Agora, é fundamental que vocês participem. Aqui se cria uma rede social, todos os endereços que vocês aqui deixaram já farão parte da comunicação institucional nossa. Se já teve os convites enviados por essa via, enviaremos a vocês eventuais documentos que a gente possa consolidar como resumo, como síntese do que aqui foi discutido. E abrir então esse canal de troca de informação, inclusive conosco, de irmos construindo juntos. E, fundamentalmente, vocês, eu peço para que vocês militem ativamente na criação de associações de moradores, nos fóruns comunitários e nos conselhos locais de saúde, além dos conselhos municipais, como aqui foi falado.

TALITA BERTI: Só gostaria de fazer dois parênteses. Primeiro em relação à questão dos conselhos itinerantes, dos conselhos abrirem, realizarem as reuniões em outros distritos, enfim, uma grande dificuldade é que — no caso eu vou falar pelo COMSEA — nós não temos nenhum recurso orçamentário. Então isso é um grande empecilho que precisa ser levado em consideração, e talvez uma alternativa seria o exemplo dos conselhos locais de saúde para atender essa demanda. Então usar o exemplo do conselho local para os demais conselhos eu acho que é uma alternativa.

THAISE: Algo que me veio à mente é a questão do uso das tecnologias sociais, de que possam estar representadas, porque por exemplo, eu não sei sobre o uso nos diversos territórios, não sei se existe um espaço de divulgação, mas quando forem reconstruir esse evento com outras temáticas nos territórios, que talvez tenha um espaço para uma mostra de experiências de uso de tecnologias sociais dentro de cada território, porque eu acho que isso faz uma ampliação — tanto de valorização dos atores presentes nesse território, como faz também, dá a possibilidade de que isso repercuta e que tenha um crescimento disso, já que é algo que é a busca, que a gente tem que fazer contra todo esse processo hegemônico aí de mercado.



REFERÊNCIAS

¹ CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 10. ed. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

² JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

³ BRASIL. **Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003**. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Do Programa de Aquisição de Alimentos. Art. 19. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=A3_EDFA1E45A30D5DB3255B5B6CCFB382.node1?codteor=727660&filename=L_egislaocCitada+-_PL+6680/2009#:~:text=Art.,%C3%A0%20forma%C3%A7%C3%A3o%20de%20estoques%20estrat%C3%A9gicos. Acesso em: 15 maio 2023.

⁴ BRASIL. **Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em: 17 maio 2023.

⁵ QUEIROZ, Rachel de. **O quinze**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012

⁶ TRINDADE, Solano. Tem gente com fome! In: VERMELHO: a esquerda bem informada. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/270767-1>. Acesso em: 15 maio 2023.

⁷ BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf. Acesso em 15 maio 2015.

⁸ BESSA, Bráulio. Fome. In: BESSA, Bráulio. **Poesia que transforma**. Editora Sextante, 2018. p.54.

⁹ SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e biotecnologia**. Gaia, 2018.

[Links para o Documentário e para a gravação do evento na íntegra:](#)

DOCUMENTÁRIO:

<https://youtu.be/UFDQ2vuo3F8>

ÍNTEGRA DO EVENTO:

https://youtu.be/z_fX0PQiDok

CANAL OFICIAL DO FÓRUM ITABORAÍ NO YOUTUBE:

<https://www.youtube.com/@forumitaboraiiocruz>



FÓRUM ITABORAÍ:
POLÍTICA, CIÊNCIA E CULTURA NA SAÚDE

Site: forumitaborai.fiocruz.br

Facebook: facebook.com/forumitaborai/

YouTube: youtube.com/@forumitaboraiiocruz

Instagram: instagram.com/forumitaborai/

Rua Visconde de Itaboraí, 188 - Valparaíso - Centro - Petrópolis - RJ - Brasil - CEP: 25.655-031

Telefone: (24) 2103-2181

e-mail: forumitaborai@fiocruz.br